RESOLUÇÃO Nº 091/2015 – CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito, a ser executado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, no regime modular, modalidade presencial, no município de Aripuanã.

A Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando Parecer nº 021/2015-DGFSP, Parecer nº 128/2015-PROEG e a decisão do Conselho tomada na 2ª Sessão Ordinária realizada nos dias 16 e 17 de julho de 2015.

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito, a ser executado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, no regime modular, modalidade presencial, no município de Aripuanã.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito tem as seguintes características:

I. Carga horária total do Curso: 4.020 (quatro mil e vinte) horas;

II. Integralização em, no mínimo, 10 (dez) semestres;

III. Turma única com oferta de 100 (cem) vagas;

IV. Turno de oferta do curso: 50 (cinquenta) vagas no período matutino e 50 (cinquenta) vagas no período noturno;

V. Forma de ingresso será por meio de vestibular realizado pela UNEMAT e/ou SISU/MEC.

Art. 3º No Anexo Único desta Resolução consta o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 16 e 17 de julho de 2015.

Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo
Presidente do CONEPE

ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO Nº 091/2015-CONEPE

PROJETO PEDAGÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso
Nomenclatura do Curso: Bacharelado em Direito
Ano de início: 2016/2
Ano previsto para o término: 2021/1
Ato regulatório vigente: Resolução n° 000/2015-CONEPE/UNEMAT e Resolução n° 000/2015-CONSUNI/UNEMAT.
Local de oferta: Núcleo Pedagógico de Aripuanã
Modalidade: Diferenciada – Modular / Presencial – Parceladas
Regime: Semestral
Turno de Funcionamento: Matutino e Noturno
Regime de Integralização Curricular:
Forma de Ingresso: O ingresso do aluno no curso será por meio de processo público de seleção - vestibular - regulamentado por edital próprio, organizado e realizado pela UNEMAT, candidatos possuidores de diploma do Ensino Médio.
Número de vagas: 100 (cem)
Turma: Única
Carga horária total: 4.020 (Quatro mil, e vinte) horas
Período de Integralização: 10 semestres ou 5 anos.
Órgão proponente: UNEMAT – PROEG/ Diretoria de Gestão do Programa de Licenciatura e Bacharelado Parceladas/Núcleo Pedagógico de Aripuanã.
Órgãos parceiros: SECITEC /SEDUC/Prefeitura Municipal de Aripuanã.
Unidades responsáveis: Pró-reitoria de Ensino de Graduação**,** Diretoria de Gestão de Graduação Fora de Sede e Parceladas, Coordenação Administrativo Pedagógica do Núcleo Pedagógico de Aripuanã.
Clientela: Egressos do Ensino Médio.

2. HISTÓRICO DA UNEMAT E DO PROGRAMA PARCELADAS

No dia 20 de Julho de 1978 foi criado o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), com base na Lei nº. 703, que traz em sua história a marca de ter nascido no interior.

Por meio do Decreto do Governo Federal nº 89.719 de 30 de maio de 1984 foi autorizado o funcionamento dos cursos ministrados pelo Instituto. Em 1985, com a Lei Estadual nº 4.960 de 19 de dezembro o Poder Executivo instituiu a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FCUC), entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, que visava promover a pesquisa, o estudo dos diferentes ramos do saber, a divulgação científica, técnica e cultural.

A Lei Estadual nº 5.495 de 17 de julho de 1989 alterou a Lei nº. 4.960, e, dentre outras necessidades, para atender às normas da legislação de Educação, a Fundação

Centro Universitário passou a ser denominada de Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC).

Em 1992, por meio da Lei Complementar nº 14 de 16 de janeiro, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passou a ser denominada de Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT), cuja estrutura organizacional foi implantada a partir de maio de 1993.

Em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar nº 30, institui-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (FUNEMAT).

Para vencer as barreiras geográficas impostas pela gigantesca extensão territorial do Estado, a Universidade se desenvolve em uma estrutura multicampi presente em diferentes polos: Sinop, Alta Floresta, Nova Xavantina, Alto Araguaia, Pontes e Lacerda, Médio Araguaia (localizado em Luciara), Vale do Teles Pires (Colíder), Barra do Bugres, Tangará da Serra, Diamantino e Nova Mutum, tendo Cáceres como Sede Administrativa.

Atualmente, a UNEMAT está presente em 108 dos 141 municípios mato-grossenses, com 13 campi e 16 núcleos pedagógicos. Cerca de quinze mil acadêmicos são atendidos em 82 cursos regulares e modalidades diferenciadas oferecidas em todo Estado, com inúmeras espacializações, sete (07) mestrados institucionais, três (03) mestrados profissionais, um (01) mestrado multicampi, um (01) mestrado interinstitucional, dois (02) doutorados institucionais, dois (02) doutorados interinstitucionais, três (03) doutorados acadêmicos em rede e inúmeras especializações.

A UNEMAT, por meio de projetos e programas estruturados de acordo com as peculiaridades de cada região do estado e seu respectivo público-alvo, desenvolve ações pioneiras no âmbito do Ensino Superior no Brasil, dentre essas, destaca-se o Projeto Terceiro Grau Indígena, Educação Aberta e a Distância e o Programa de Licenciaturas e Bacharelados Tecnólogo Parceladas, que oferta Cursos para a formação de Professores pelo interior do Mato Grosso.

O Programa de Licenciaturas e Bacharelados Parceladas iniciou suas atividades em 1992, exclusivamente na formação de professores, no recém-criado Campus Universitário do Médio Araguaia, em Luciara, cidade situada a aproximadamente mil e quinhentos quilômetros da sede da Universidade. Grande parte dos professores dessa região, cenário que se repetia em outras, era formada pelos chamados “professores leigos”, pois não havia profissionais em número suficiente para suprir a demanda.

Diante desse desafio, contando com experiências inovadoras no campo da formação de professores e o apoio de profissionais de outras universidades do país, o Programa se consolidou dentro da UNEMAT, pautando suas atividades, intervenções e projetos, à luz das seguintes diretrizes:

a) Proporcionar aos egressos do Ensino médio, no interior do estado de Mato Grosso (regiões geo-educacionais), o acesso ao Ensino Superior;

b) Construir o conhecimento sob uma perspectiva sócio-histórica, solidária, de ação conjunta, integrando teoria e prática, concepção e execução;

c) Conceber a pesquisa como eixo central dos cursos oferecidos, em torno do qual se articulam as várias disciplinas de uma matriz curricular básica, mas não inflexível, assim como todas as atividades acadêmicas.

d) Promover uma formação profissional calcada em uma relação interativa e reflexiva do seu fazer pedagógico, da aquisição, da elaboração e re-elaboração do conhecimento e a manifestação desse saber por meio da produção científica;
e) Fortalecer o processo interativo Universidade/ Sociedade/Escolas de Ensino Fundamental e Médio, coordenando ações integradas que favoreçam o crescimento dos sujeitos envolvidos em cada uma daquelas categorias e o aproveitamento racional dos recursos.

A partir de 2010, o Programa Parceladas passou também a oferecer Cursos do Programa Emergencial de Formação de Professores da Educação Básica em exercício do Governo Federal (PARFOR).

Em 2012 o Programa implantou pólos em seis cidades do interior do Estado, as quais foram contempladas com 15 (quinze) Cursos de Licenciatura em 9 (nove) áreas diferentes do conhecimento, ofertando 630 vagas.

Em 2013, com outras parcerias, entre a Universidade do Estado de Mato Grosso, a Secretaria de Ciências e Tecnologia e a Secretaria de Educação e a Prefeitura do Município de Matupá foram abertas mais 150 vagas, em três Cursos de Licenciatura de três diferentes áreas de conhecimento. Totalizando 780 vagas abertas.

Em 2014/1 o Programa Parceladas Está programada a atender uma nova demanda de oferta, pela primeira vez, Cursos de Graduação nas modalidades de Bacharelado e Tecnológico, disponibilizando 500 (quinhentas) vagas, distribuídas em 10 (dez) Cursos, de 5 (cinco) diferentes áreas de conhecimento, em 7 (sete) cidades do interior do estado de MT. Ressalta-se que esses Cursos visam à formação e a qualificação de 200 (duzentos) Bacharéis, 100 (cem) Tecnólogos e duzentos docentes da Educação Básica.

Dados dos Cursos de Graduação concluídos ofertados pelo Programa Parceladas

Ano de Conclusão	Nº. de Formandos	Curso	Núcleo Ped. /*Campus* Universitário
1997/1	33	Lic. em Letras	Luciara
1997/1	36	Lic. em Matemática	Luciara
1997/1	31	Lic. em Pedagogia	Luciara
1999/1	45	Lic. em Letras	Barra dos Bugres
1999/1	38	Lic. em Matemática	Barra dos Bugres
1999/1	39	Lic. em Ciências Biológicas	Barra dos Bugres
1999/1	29	Lic. em Matemática	Colíder
1999/1	33	Lic. em Ciências Biológicas	Colíder
1999/1	36	Lic. em Letras	Colíder
2001/2	43	Lic. em Matemática	Alta Floresta
2001/2	48	Lic. em Letras	Alta Floresta
2001/2	44	Lic. em Pedagogia	Alta Floresta

2001/2	46	Lic. em Geografia	Luciara
2001/2	54	Lic. em História	Luciara
2001/2	44	Lic. em Ciências Biológicas	Luciara
2002/2	46	Lic. em Letras	Rosário Oeste/Barra dos Bugres
2002/2	39	Lic. em Matemática	Rosário Oeste/Barra dos Bugres
2002/2	55	Lic. em Ciências Biológicas	Rosário Oeste/Barra dos Bugres
2004/2	23	Lic. em Matemática	Araputanga/Pontes e Lacerda
2004/2	44	Lic. em Ciências Biológicas	Araputanga/Pontes e Lacerda
2004/2	47	Lic. em Pedagogia	Araputanga/Pontes e Lacerda
2004/2	45	Lic. em Letras	Comodoro/Pontes e Lacerda
2004/2	43	Lic. em Matemática	Comodoro/Pontes e Lacerda
2004/2	37	Lic. em Pedagogia	Comodoro/Pontes e Lacerda
2007/1	57	Lic. em Ciências Biológicas	Luciara
2007/1	55	Lic. em Geografia	Luciara
2007/1	55	Lic. em Pedagogia	Vila Rica
2007/1	54	Lic. em Matemática	Vila Rica
2007/1	57	Lic. em História	Confresa
2007/1	59	Lic. em Letras	Confresa
2008/2	18	Lic. em Matemática	Nobres
2009/1	42	Lic. em Geografia	Jaciara
2009/1	31	Lic. em História	Jaciara
2010/2	36	Lic. em Ciências Biológicas	Poconé/Cáceres
2010/2	41	Lic. em Geografia	Poconé/Cáceres
2011/1	35	Lic. em Matemática	Vila Rica
2011/1	39	Lic. em Letras	Confresa

2011/2	54	Lic. em Química	Luciara
2014/1	36	Lic. em Letras/Espanhol (PARFOR)	Luciara
2014/1	20	Lic. em Ciências Biológicas (PARFOR)	Luciara
41 Cursos	**1.667 Formandos**	**41 Cursos**	**13 Núcleos Pedagógicos**

Levantamento realizado em ___ de _____ de 2015 – Fonte: Supervisor de Expedição e Registro de Diplomas

DADOS ATUAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS PELO PROGRAMA PARCELADAS

Cursos com ofertas iniciadas em 2012/1 e término previsto para 2014/1 e 2015/2.

Curso		Núcleo Ped. /*Campus* Universitário
1.	Licenciatura em Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia	Confresa
2	Licenciatura em Letras/Espanhol	Confresa
3	2°Licenciatura em Letras/Habilitação Inglês	Confresa
4	Licenciatura em Computação	Vila Rica
5	Licenciatura em Educação Física	Vila Rica
6	Licenciatura em Química	Luciara
7	L em Pedagogia do Campo	Luciara
8	2°Licenciatura em Letras/Espanhol	Luciara
9	2°Licenciatura C. Biológicas	Luciara
10	2° Licenciatura Geografia	Tangará da Serra
11	2° Licenciatura História	Alta Floresta
12	Licenciatura em Pedagogia do Campo	Sinop

Cursos com ofertas iniciadas em 2013/1 e término previsto para 2016/2.

Curso		Núcleo Pedagógico /*Campus* Universitário
1	Licenciatura em História	Matupá
2	Licenciatura em Matemática	Matupá
3	Licenciatura em Química	Matupá

Cursos com ofertas iniciadas em 2014/1 e término previsto para 2017/2.

Curso		Núcleo Pedagógico /*Campus* Universitário
1	Bacharelado em Ciências Contábeis	Campos de Júlio

2	Licenciatura em Pedagogia do Campo	Caramujo
3	Bacharelado em Administração	Mirassol D'Oeste
4	Bacharelado em Ciências Contábeis	Mirassol D' Oeste
5	Bacharelado em Ciências Contábeis	Nova Lacerda
6	Licenciatura em Pedagogia	Rio Branco
7	Licenciatura em Matemática	Rio Branco
8	Licenciatura Pedagogia	São José dos Quatro Marcos
9	Tecnólogo em Agroecologia	São José dos Quatro Marcos
10	Tecnólogo em Agroecologia	Vila Bela da Santíssima Trindade

Levantamento realizado em 18 de fevereiro de 2014.

Dados gerais e atuais dos Cursos do Programa Parceladas

19 – Cursos de Licenciatura
04- Cursos Bacharelados
02 - Cursos Técnicos
7 Cursos em Processos de Solicitação de Reconhecimento
5 Cursos Reconhecidos
Total de 25 Cursos
Total de Vagas 1.280 ofertadas

3. CONCEPÇÃO, OBJETIVOS E ORIENTAÇÕES GERAIS

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO

O Curso de Direito da UNEMAT procura situar-se num contexto que envolve tanto as características e perspectivas do estágio atual da vida da humanidade, quanto as suas repercussões no plano da vida nacional, regional e local.

Assim, busca compreender um contexto maior de mudanças no modo de vida atual da humanidade, permeado cada vez mais pelas marcas de ciência e tecnologia e pelos desafios de conduzi-las e não ser conduzida por elas. A educação, por conseqüência, em todos os seus níveis, passa a ser depositária da esperança de forjar os sujeitos da mudança. Enfim, formar cidadãos/profissionais capazes de enfrentar os novos desafios e produzir soluções confluentes com os ideais democráticos de organização da sociedade e do Estado; e os de construção da paz e harmonia entre os povos, do equilíbrio ambiental, e do desenvolvimento, sob uma ética humanística, na criação de condições de vida com as marcas da dignidade, da liberdade, da igualdade e da solidariedade.

As novas realidades mundiais, sobretudo as referentes à globalização e suas conseqüências, trazem para o país uma complexidade de problemas cujo enfrentamento depende de elevados graus de comprometimento de seus membros, sobretudo daqueles que tem a oportunidade de trilharem uma formação de nível superior. As funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação às questões nacionais. Dos integrantes do ensino superior se espera a canalização da inteligência, do conhecimento

e do pensamento superiores para reflexão e ações em direção aos problemas da sociedade brasileira, quer em seu âmbito geral, quanto regional e local, buscando soluções compatíveis com nossa cultura e civilização.

Assim, deve-se compreender também que os cursos superiores não podem pretender ter características únicas em todo o país, em um país de tão grandes diversidades regionais. Com isso, a relação universidade/sociedade dever exercer-se também com foco local e regional, de tal forma que se facilite o encontro dos saberes produzidos pela comunidade e pela instituição de ensino superior.

Neste momento é oportuno e necessário dizer que, entre os diversos fins da UNEMAT, estabelecidos no artigo 3.º de seu estatuto, podem ser ressaltados:

I- promover através de suas atividades fins a igualdade social e a solidariedade;

II- promover o estudo da sustentabilidade, garantindo ampla aplicação do conhecimento adquirido;

III- promover o debate concernente às políticas públicas desenvolvidas nas mais diversas esferas da sociedade;

IV- trabalhar em regime de cooperação com organismos e instituições que promovam a equidade social e a qualidade de vida;

V- valorizar através do ensino, pesquisa e extensão a integração entre o saber e o mundo do trabalho;

VI- ministrar o ensino superior visando à formação de profissionais capacitados ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento;

VII- contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando estudos sistêmicos de seus problemas e de suas potencialidades, orientando a formação de profissionais de acordo com as especificidades;

VIII- promover a extensão, aberta a participação, numa relação dialógica com a sociedade, visando à difusão de conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;

IX- promover a integração e cooperação entre os povos através de suas atividades fins;

O Curso de Direito da UNEMAT deverá estar intensamente comprometido com tais perspectivas de seu contexto, com ele alinhado e envolvido, tanto na produção e transmissão do conhecimento, quanto em atuações acadêmicas, comunitárias e de responsabilidade social.

Intenta uma formação sob a égide humanística que preencha os requisitos comuns aos profissionais da área jurídica em termos nacionais, mas em sintonia com a realidade regional. Assim, o projeto do curso leva em conta os traços da realidade geo-histórica, econômica, política e social da área de atuação da UNEMAT. Cumpre notar que as regiões de atuação da UNEMAT caracterizam condições ecológicas muito especiais, ao incluir os três biomas: o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica, que demandam um estudo interdisciplinar e ações integradas em termos das culturas locais e da biodiversidade, o que já vem sendo levado em conta pela instituição, tanto em seus fins quanto na estruturação de seus cursos. Como igualmente as regiões de atuação da UNEMAT se caracterizam, no tocante à formação de Comunidades Internacionais, como importante ponto de interligação entre os projetos de integração, como o Mercosul e o Pacto Andino.

Aripuanã tem como contexto histórico, em suas raízes eventos importantes no país como a chegada de Getúlio Vargas ao poder com a Revolução de 1930, que transformou o quadro administrativo do país. Uma dessas mudanças foi a nomeação de interventores para governar os Estados da federação, no período de 1930 até 1945. Diante desse quadro, Mato Grosso, teve vários interventores administrando o Estado, e um desses foi Júlio Strübing Müller, que criou vários municípios, entre eles Aripuanã.

O Interventor Julio Strübing Muller, formou o novo quadro territorial do Estado de Mato Grosso, a partir da publicação no Diário Oficial do Estado do Decreto-Lei nº 545, de 31 de dezembro de 1943, dividindo, quanto à organização judiciária, em 15 comarcas, e 23 termos, e quanto à organização administrativa em 23 municípios (...) três distritos passaram a municípios: Barra do Bugres, Ribas do Rio Pardo (ex- Rio Pardo) e Aripuanã, este último no extremo norte do Estado. O Decreto-Lei 545, de 31 de dezembro de 1943, criou Aripuanã, tornando-o desmembrado de Alto Madeira, município com denominação alterada do antigo Santo Antônio do Madeira.

O Estado de Mato Grosso firmava, formalmente, a jurisdição sobre a região. Entretanto, já antes, fora criado o Território Federal de Guaporé (Decreto-Lei Federal 5812, de 13 de dezembro de 1943). Mato Grosso administrava medidas transitórias. Legalmente, no ato de criação do Território Federal de Rondônia, a jurisdição sobre o Distrito de Aripuanã voltava à fonte de Villa Bela da Santíssima Trindade, agora com a denominação alterada para Mato Grosso. A extinção de Alto Madeira em favor de Porto Velho cede lugar a Mato Grosso, tornando agora o município gerador.

O município de Aripuanã foi criado em 31 de dezembro de 1943, mas durante muitos anos ficou à margem da movimentação do Estado de Mato Grosso, vivendo mais na dependência de Manaus-AM. Tendo em vista o momento histórico no qual foi criado, caracterizado por total ausência de infra-estrutura e baixíssima densidade demográfica, registra-se que da década de 60 até 1985, os prefeitos foram nomeados pelo Governo do Estado e residiam em Cuiabá ou em outros Municípios e se deslocavam, intermitentemente, até Aripuanã para desempenhar suas funções político-administrativas. O primeiro prefeito, nomeado para esta função, pela sua grande experiência como funcionário da Delegacia fiscal do Norte do Alto Madeira, foi Salustiano Alves Correa, que navegou pelo Rio Marmelo, a procura de um lugar para a fundação da sede municipal. Entretanto, ao transportar a Cachoeira Paricá, acidentou-se vindo a falecer no local.

O primeiro lugar escolhido para a instalação da sede municipal foi Angustura, à margem esquerda do rio Ji-Paraná ou Machado. Mas não foi possível assentar a sede ali, porque pertencia ao Território de Guaporé (atual Estado de Rondônia). Posteriormente, exploraram outras áreas, optando finalmente pelo entreposto seringueiro de Panelas, a margem direita do Rio Roosevelt, a 180Km da divisa de mato Grosso com Amazonas, para instalara a sede do município, Aripuanã (que anos mais tarde é transferida para as margens do Rio Aripuanã).

Por volta de 1966, após 23 anos da sua criação, quando a administração municipal, por incentivos político funcionava em Cuiabá e não mais no amazonas, o governador Pedro Pedrossian resolveu integrar Aripuanã à vida política e econômica do Estado. Para levar avante seu projeto, designou para prefeito Amauri Furquim, experiente piloto de táxi aéreo, profundo conhecedor dos sertões. Foi esse prefeito quem escolheu o novo local e providenciou a transferência da sede do município, de Panelas paras as margens do Rio Aripuanã, junto às belíssimas cachoeiras Dardanellos e Andorinhas, onde foi aberto uma

pequena pista de pouso, para de vez em quando dar a mínima assistência aos moradores da localidade, que eram constituídos de seringueiros em sua totalidade. Para chegar ao local escolhido, foi necessário 3 meses de viagem, partindo de Cuiabá, viajando por terra, enfrentando todo tipo de adversidade que se possa imaginar.

Apesar da criação e instalação de uma sede, a administração municipal continuou funcionando em Cuiabá, ainda por mais 12 anos, vindo a ser transferida apenas no último ano do mandato do então prefeito Sebastião Otoni de Carvalho, em 02/12/78, fato histórico que marca, também, a ligação por rodovia (MT-170) com o resto do país. Aripuanã contou ainda com mais dois prefeitos nomeados: Antonio Paulo da Costa Bilego e José Idalberto da Cunha. Com a abertura de estradas, intensifica-se o processo de povoamento, e Aripuanã conhece um outro momento histórico, o de ter seus prefeitos eleitos.

A primeira eleição ocorreu em 1985, sendo eleito prefeito o Sr. Almiro Petersen Willig, comerciante proveniente de Santa Catarina. O segundo prefeito eleito em 1988 foi o empresário também de Santa Catarina o Sr. Darcy Vaz Laux. Na terceira eleição em 1993, foi eleito para prefeito o Sr. Alceu Antonio Veronese, comerciante, proveniente do rio Grande do Sul. Na quarta e quinta eleição- 1997 e 2000, foi eleito para prefeito o médico, proveniente de Goiás, Dr. Agostinho Carvalho Teles. E na sexta eleição em 2004, foi eleito prefeito o Sr. Ednilson Luiz Faitta, empresário, proveniente de Santa Catarina. Na sétima eleição em 2008, foi eleito prefeito o Sr. Carlos Roberto Torremocha, empresário oriundo do Estado do Paraná. Atualmente, eleito novamente em 2012, o prefeito Sr. Ednilson Luiz Faitta é o administrador do município nesta gestão 2013-2016.

O município de Aripuanã, atualmente tem uma área de 24.603,13Km2, no passado chamou a atenção pela sua dimensão territorial, que em 1943, ao ser criado, passou a ser um dos maiores municípios do mundo com uma área de 145.510Km2, abrangendo os territórios dos atuais municípios de Alta Floresta, Apiacás, Nova Bandeirante, Castanheira, Cotriguaçú, Juína, Juruena, Nova Monte Verde, Paranaíta, Rondolândia e Colniza.

Atualmente, carrega poucas características dos difíceis anos passados, sendo considerado um ótimo lugar para se viver, registrando um grande desenvolvimento sócio-econômico e reconhecidas melhorias de infra-estrutura básica, principalmente, na saúde, na educação e estradas.

Sua base econômica esta alicerçada na indústria extrativa, principalmente a madeireira, na agropecuária e no turismo (em desenvolvimento) pois temos belíssimas cachoeiras em nosso município. A origem do nome Aripuanã é indígena Apiacá, que significa Água de Pedra. O município se localiza ao noroeste do Estado de Mato Grosso. altitude de 240 metros, temperatura média é de 26º C, o clima é equatorial quente e úmido. A vegetação predominante é floresta amazônica. O tipo de solo é argilo-arenoso. Os principais rios são: Aripuanã, Roosevelt, Guariba, Canamã, Capitari, Furquim e Rio Branco.

Coordenadas geográficas: 10°10'01"S59°27'32"; Mesorregião: Norte Matogossense; Microrregião de Juína; municípios limítrofes: Rondolândia, Colniza, Cotriguaçu, Juruena, Castanheira e Juína; Distância até a capital de 1.050 km; Características geográficas: Área 25.048,965 km², População 20.293 hab. (IBGE), Densidade 0,81 hab./km², Altitude 105 m, Clima tropical e Fuso horário UTC−4.

Indicadores: IDH-M 0,675 médio (PNUD), PIB R$ 235.625,028 mil (IBGE) e PIB per capita R$ 11 822,63 (IBGE).

A Usina Hidrelétrica Dardanelos - UHE, localizado no município de Aripuanã, teve como construtora e operadora a Energética Águas da Pedra S/A, formada pelas empresas Neoenergia (51%), Eletrobras Eletronorte (24,5%) e Eletrobras Chesf (24,5%).

A Usina começou sua operação comercial em 2011. Tem uma potência instalada de 261 MW e suas obras foram iniciadas em 2007, contabilizando R$ 760 milhões de investimentos para a usina e a linha de transmissão, em 230 kV, entre Aripuanã e Juína. Embora seja uma usina de porte médio, os números de sua construção são significativos: 120 mil m³ de concreto, um milhão e 900 mil m³ de escavação em terra e rocha, 300 mil m³ de aterro e enrocamento, cinco condutos forçados de 450 m cada um, por 4,20 m de diâmetro, três mil toneladas de aço e 1.134 virolas, aros que emendam os tubos. Este empreendimento gera hoje empregos diretos e um incremento significativo na receita municipal.

O município possui também um projeto polimetálico do Grupo Votaramtim Metais, de lavra e beneficiamento de zinco, chumbo e cobre, na Serra do Expedito, situada a 25 km a noroeste da cidade de Aripuanã. A estimativa de vida útil mínima é de 15 anos, com capacidade de produção anual de 1,8 milhão de toneladas de minérios. O Projeto Aripuanã está em fase de licenciamento ambiental. Os estudos de impactos ambientais (EIA) já foram protocolados na Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA), que deverá convocar consulta pública à população. Será o maior projeto de mineração do Mato Grosso e está previsto para entrar em operação em janeiro de 2018. A expectativa é que na fase de construção sejam gerados até 2.000 empregos (pico da obra) e na fase de operação 600 vagas.

Com um investimento estimado em R$ 700 milhões, o Projeto Aripuanã consiste na lavra de dois corpos mineralizados, que chegam a profundidades superiores a 500m, o que possibilita a lavra subterrânea, opção escolhida por gerar menos impactos ambientais.

No passado entre 2007 e 2011, o município já teve um convênio executado pela UNEMAT, através do programa parceladas, onde foram ofertadas 100 vagas de Administração, sendo 50 vagas de Administração com enfâse em empreendedorismo e 50 vagas de Administração com enfâse em Agronegócio.

Aripuanã possui um Polo da Universidade Aberta do Brasil - UAB, com a presença da UNEMAT com 02 cursos de licenciatura em Pedagogia e Letras/Inglês na modlaidade à distância em funiconamento desde 2014. Este polo atende os municípios vizinhos de Colniza, Cotriguaçu e Juruena cujas populações somadas são de quase 84.000 habitantes.

Com vista em deselvolver ainda mais o Ensino Superior em Aripuanã, desta vez na modalidade presencial, o município busca junto a UNEMAT parceria para oferecer o curso de Direito presenciasl para a população local e e toda região circunvizinha.

A preocupação, já existente no projeto pedagógico do curso de Direito, em proposta original, consubstanciada em ênfase num novo entendimento da relação público-privado e das relações Estado-Sociedade Civil, tendo então, como principais reflexos, questões-objeto do Direito Ambiental, do Direito Agrário e do Direito do Trabalho, às quais agora se acrescentam as do Direito da Integração. Trata-se de definir de forma clara essa

preocupação, dando-lhe um contorno e indicando os seus reflexos na organização do ensino, da pesquisa e da extensão e de suas interações.

Como proposta, então, como uma espécie de "fio condutor" do Curso de Direito está a preocupação com as relações Estado-Sociedade Civil; de onde decorre também a questão das relações público-privado, tendo como pano de fundo, as dimensões histórico-sociais de seu contexto, refletindo-se em amplos aspectos da vida social e, sob sua égide, pode-se desenvolver a compreensão aprofundada da realidade, a produção e transmissão do conhecimento jurídico e, ainda, consolidar o entendimento do Direito como instrumento de transformação social.

3.2. OBJETIVOS DO CURSO E PERFIL PRETENDIDO DO GRADUANDO

A sociedade e o Estado contemporâneos vêm passando, da segunda metade do século passado até o presente momento, por profundas transformações. E o Direito, como técnica de solução de conflitos e regulação social, como objeto histórico que é, tem sofrido, sempre, os efeitos dessas mudanças. Globalização, neoliberalismo, tribalização das sociedades, relativização da soberania e crise do papel do Estado têm tornado nosso mundo, cada vez mais, complexo.

Muitas são as consequências das mudanças. Desde a superação do modelo liberal-individualista de Direito, o surgimento de novos atores sociais, a internacionalização da economia, o aparecimento de novas demandas (e de novos *direitos*), a crise de institutos jurídicos tradicionalmente já estabilizados (família, propriedade, soberania, mecanismos tradicionais de controle do poder, por exemplo) até às técnicas de resolução dos conflitos.

Ao mesmo tempo em que as sociedades, a economia e o Direito se "internacionalizam", aparece, de forma cada vez mais clara, ainda, a necessidade de afirmação de questões e demandas locais, de especificidades regionais, como forma de preservação de alguma alteridade diante do processo de homogeneização que certo modelo de globalização representa. Logo, nota-se a necessidade de melhor relacionar sistema jurídico e sistema social, no sentido de adaptar o Direito para os desafios deste novo século. É preciso compreender o Direito inserido neste processo de tensão entre globalização (econômica dentre outras) e atendimento de demandas regionais e locais. Compreender o Direito em sua inserção nas mudanças da economia, da sociedade, bem como o seu instrumental de normatização-regulação de condutas e demandas e mecanismo de solução de conflitos. Por outro lado, amplas pesquisas realizadas no âmbito da Teoria e da Sociologia do Direito vêm demonstrando o esgotamento da tradição formalista dos cursos jurídicos, eis que desprovida de capacidade de redefinição dos conceitos que informam a dogmática jurídica e suas transformações.

De tais pontos emerge, portanto, a necessidade de oferta de um Curso de Direito que permita, ao egresso, tanto a compreensão tecnológica (ou seja, dogmática) do fenômeno jurídico como, ao mesmo tempo, crítica. Deste modo, o objetivo básico do Curso de Direito da UNEMAT é propiciar uma formação duplamente diferenciada tanto para os postos da sociedade civil como do Estado. Os egressos deste curso, assim, terão sólido conhecimento interdisciplinar, sendo que tal interdisciplinaridade não será exterior à dogmática jurídica mas, por certo, processar-se-á no interior desta, estando presente em todas as disciplinas.

Ao optar-se por referido fio condutor interdisciplinar, este Curso de Direito assume, perante a comunidade, postura comprometida com uma qualificação ao mesmo tempo técnica e política de seus egressos, preparados para o pleno e competente exercício das profissões jurídicas públicas e privadas e para uma adequada ação de cidadania. Não se trata assim de uma opção neutra e genérica. Formam-se, então, profissionais e cidadãos comprometidos com a eficaz solução técnica dos litígios, com a prevenção dos conflitos, com a busca de respostas éticas (e interdisciplinares) às transformações da história e do país.

É preciso, pois, além da sólida formação jurídica, idêntica formação histórica, sociológica, econômica, política, crítica etc. A academia que permeará o Curso de Direito da UNEMAT, por isso, além da preparação de profissionais habilitados ao exercício competente de todas as carreiras jurídicas, buscará preparar cidadãos conscientes e comprometidos com os problemas de seu tempo, com a transformação social. Deste aspecto este Curso de Direito pretende aparecer e afirmar-se, perante a comunidade, como verdadeiro espaço público. Trata-se de um Curso de Direito diferenciado, com projetos integrados de docência, pesquisa e extensão, o que implica a definição do perfil do corpo docente, com qualificação de excelência para o magistério e a pesquisa nitidamente interdisciplinar, crítica e transformadora. Também é objetivo do Curso de Direito dar continuidade ao atendimento às parcelas carentes da comunidade (uma das formas de atividade de extensão), no que tange à assessoria gratuita, uma vez que tal atividade constitui-se em um amplo laboratório para o aprendizado acadêmico, sob a supervisão e o acompanhamento de profissionais qualificados. Desta forma, os acadêmicos de Direito serão envolvidos com as questões sociais mais graves que afligem o país, o Estado de Mato Grosso e os países que constituem o bloco do Mercosul, considerando o processo de globalização em curso.

Neste passo o currículo pleno proposto ao Curso atende às exigências de formar bacharéis efetivamente habilitados ao imediato exercício da profissão e ajustados às constantes e variadas necessidades do mercado de trabalho, conforme orienta o MEC, mas, também, apto a estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, conforme dispõe o artigo 43, da LDB.

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Outro importante aspecto que integra os objetivos do Curso de Direito da UNEMAT, é a promoção de uma visão crítica aos bacharéis em Direito, para sua extrapolação de um nível meramente propedêutico. Isso implica a presença, no projeto didático pedagógico, de duas grandes atitudes: (i) a inserção no currículo de disciplinas formativas com caráter interdisciplinar, com qualificação adequada por parte dos docentes responsáveis e (ii) o trato interdisciplinar das matérias de caráter técnico, o que se constitui como desafio maior, eis que tal mister, mais que mudanças de forma, demanda uma visão reflexiva que perpassa por todo o currículo pleno.

Este (currículo pleno), por sua vez, possui uma composição tridimensional integrada: disciplinas de formação geral, disciplinas profissionalizantes e atividades práticas, todas interligadas. Deste modo, o Curso de Direito da UNEMAT encontra-se projetado tanto para possibilitar uma formação geral do futuro bacharel como a formação especializada.

É de se notar, por outra perspectiva vinculada à concepção do Curso, que ao mesmo tempo em que os operadores do Direito devem estar preparados para o novo quadro proveniente das transformações dos mercados, da economia, da política e do Estado (por decorrência também do processo de globalização), ou seja, de um mundo (e de um Direito) que se busca afirmar, agora, pós-moderno, radicaliza-se nossa condição de Estado subdesenvolvido. Convive-se, a um só instante, no plano geral, com a pós-modernidade e, no plano estatal interno, muitas vezes, em diversas regiões com a modernidade e a pré-modernidade.
Os operadores jurídicos, deste modo, ao passo que devem compreender as grandes transformações do mundo, da sociedade, do Estado e da economia, que se refletem no Direito, ainda devem estar preparados para responder as demandas de atores individuais e sociais (e de comunidades) da sociedade e do Direito da modernidade, ainda predominantes em diversas regiões do país.

É o caso de Mato Grosso, onde se espera que os operadores jurídicos estejam igualmente capacitados para responder às demandas jurídicas e aos conflitos dos atores sociais, políticos e econômicos locais, sem perder a perspectiva das grandes transformações, demandas e conflitos do Direito e da sociedade pós-moderna.

Em outras palavras, demanda-se uma compreensão do Direito tradicional, com o conhecimento das habilidades técnicas, da dogmática jurídica, bem como a reflexão crítica da legislação e da jurisprudência em constante transformação pelo seu contato com as novas realidades sociais. É o ponto onde a já citada compreensão interdisciplinar do Direito se insere com grande força. Retornando ao campo da formação jurídica, tal implica dizer que o egresso do Curso de Direito em implantação deverá, ao mesmo tempo, estar preparado para lidar com (e compreender criticamente) questões ligadas ao processo de globalização e internacionalização do Direito (novos atores internacionais, Direito Comunitário e da Integração, Blocos Internacionais, relações entre Direito interno e

internacional, direitos da personalidade em face do biodireito, a questão da bioética, das Cortes Internacionais de Justiça etc.), assim como estar preparado para lidar com (e compreender criticamente) questões atinentes ao Direito Agrário, Ambiental, demandas cíveis tradicionais (contratos, responsabilidade civil, direitos reais, família, sucessões...), empresariais, criminais, trabalhistas e assim por diante.

Para isto, na primeira linha de demanda do egresso, sustenta-se a necessidade de disciplinas (com abordagens novas e abertas às mudanças indicadas) como Sociologia Geral e Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política, Direito Internacional Público, por exemplo. Algumas disciplinas tradicionais, como Direito Civil, Trabalho, Penal, Empresarial etc., podem desenvolver, na forma do encaminhamento de seus conteúdos programáticos, conteúdos que dêem conta das novas tendências da dogmática diante da perspectiva globalizada e internacionalizada.

Na segunda linha destacamos que a fim de melhor estruturar nosso Projeto-Pedagógico, e de justificarmos a importância do Curso de Direito para o Estado nos propusemos a traçar o perfil do egresso para justificar de forma abalizada a necessidade do Curso de Direito para o Estado de Mato Grosso.

O Curso visa formar um profissional: com conhecimento sólido dos elementos e princípios que constituem a experiência jurídica; com instrumental para aplicação dos conhecimentos teóricos à realidade prática; dotado de uma visão lúcida e crítica, universal e científica voltadas para a realização do Direito; apto para, diante das transformações sociais e a realidade nacional, compreender, interpretar e contribuir na criação do Direito e na sua justa aplicação. O exercício da advocacia; exercício de funções públicas; magistratura; ministério público; carreira policial; magistério jurídico, diplomacia.

Na terceira linha de formação do que se espera do perfil do egresso, reforça-se as demandas tradicionais de compreensão técnica e crítica da legislação, do desenvolvimento das habilidades profissionais, argumentativas e sociais que se aguarda dos operadores do Direito, com reforço de conteúdos decorrentes do surgimento de novos Direitos (como, *vg.*, Previdenciário e Consumidor). Daí justificam-se as demais disciplinas e matérias do currículo mínimo, desdobradas seqüencialmente de forma a atender as peculiaridades regionais.

Logo, com base nas demandas reais e potenciais do mercado, este Curso de Direito propõe-se a formar um profissional capaz do seguinte:

a) Tomar decisões e saber implementá-las no interesse da Justiça;
b) Identificar a melhor forma de organização de processos e atos jurídicos;
c) Agir na comunidade, em todos os seus segmentos, segundo os princípios da moral e da ética, atuando como um agente de transformação em nome da justiça e da equidade social;
d) Compreender e dominar o entendimento pleno dos atos jurídicos e das decisões da Justiça, valorizando o trabalho em equipe, numa dimensão inter e multidisciplinar;
e) Desempenhar suas atividades como profissional competente e ético, em quaisquer organismos da administração pública, no complexo das atividades empresariais e/ou na defesa dos interesses legítimos do cidadão;
f) Colaborar com a formação do comportamento do cidadão e com o desenvolvimento da cultura e do sentimento de solidariedade humana;

g) Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.

Para atingir estes objetivos, a presente proposta compreende um currículo pleno para habilitar seu egresso à:
a) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.
b) Compreensão teórica e metodológica das realidades sociais, e do Direito, que possibilite resolução dos problemas e desafios, com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.
c) Estabelecimento das dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.
d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional.
e) Pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais.
f) Ética como princípio que perpassa toda a formação profissional.
g) Concatenação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio e seu exercício no campo jurídico.
h) Profissionais competentes em sua área de desempenho, mas generalista em sua formação intelectual e cultural.
i) Domínio de amplo rol de informações, com capacidade de diagnosticar rapidamente a realidade, em um mundo cada vez mais globalizado.
j) Capacidade de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho.

Em resumo, aguarda-se a formação e desenvolvimento das seguintes características e habilidades, apresentadas no quadro abaixo:

(a) permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;	Introdução ao Estudo do Direito, Sociologia Geral e Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política, Direito Internacional Público, Criminologia, Teoria Geral dos Direitos Humanos. Antropologia Jurídica, Língua Portuguesa, Hermenêutica Jurídica, História do Direito, Teoria Geral do Direito.
(b) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;	Ética Geral e Profissional
(c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;	Introdução ao Estudo do Direito, Metodologia da Pesquisa Jurídica e Linguagem Jurídica.
(d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas	Sociologia Geral e Jurídica, Criminologia, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho e Prática

individuais e sociais	Jurídica.
(e) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos	Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Prática Jurídica.
(f) capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional	Atividades Complementares, Prática Jurídica, Metodologia da Pesquisa Jurídica, Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso.
(g) domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;	Introdução ao Estudo do Direito, Ciência Política e Teoria do Estado, Criminologia, Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, Teoria Geral dos Direitos Humanos, Direito Administrativo, Teoria Geral do Processo, Direito Empresarial, Direito Tributário, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Direito Ambiental Direito da Seguridade Social, Direito da Criança e do Adolescente. Direito Eleitoral, Medicina Legal, Direito Agrário,
(h) consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.	Introdução ao Direito, Sociologia Geral e Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política, Criminologia, Ética Geral, Teoria Geral dos Direitos Humanos.

3.3. ORIENTAÇÕES BÁSICAS

O Curso de Direito da UNEMAT está concebido, como se vê, dentro de um espírito de busca de novos caminhos e conhecimentos, com a esperança de que a contribuição para a formação profissional de novos bacharéis seja também modo eficaz de ajudar a solucionar os impasses da sociedade brasileira.

Então, a sua matriz curricular, organizada em consonância com os delineamentos estabelecidos na concepção e objetivos do Curso, procura alcançar a maior correspondência de seu conteúdo com as ênfases pretendidas, bem como contemplar adequadamente as atividades teórico-práticas, a compreensão interdisciplinar, a transmissão crítica e a produção criativa do conhecimento, segundo as seguintes orientações básicas:

A compatibilização da concepção do curso (formação de bases humanísticas, sobre as quais se erige uma profissionalização que atenda às necessidades gerais do exercício de profissões jurídicas) com o contexto cultural, social e econômico em que atua, deverá transparecer claramente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O desenvolvimento do Curso buscará também privilegiar as interfaces com outros cursos de graduação e pós-graduação, ministrados pela UNEMAT e com os quais o

Curso de Direito procurará estabelecer estreitas interações, nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

A matriz curricular, compatibilizada com o contexto histórico-cultural, deverá representar um forte instrumento de realização das finalidades da Instituição e dos objetivos do Curso de Direito, alem de apresentar flexibilidade suficiente para oferecer experiências diversificadas de aprendizagem e para permitir ajustes aos contextos regionais no oferecimento de curso fora da sede.

O conteúdo dos planos curriculares deve ser compreendido numa perspectiva ampla, de forma a incluir o que devemos *saber* (conhecimento), o que devemos *saber fazer* (procedimental), o que devemos *ser* (ético) e o *saber conviver* (político);

As relações teoria e prática, deverão sempre nortear a condução de um ensino em que as atividades de sala de aula estejam sempre em interação com as de estágio, de pesquisa e de extensão. Serão a base para o tratamento **interdisciplinar** do conhecimento e para o verdadeiro sentido da formação crítica, ensejando diálogo permanente com a realidade, privilegiando-se, a partir daí, o ensino voltado para a construção das habilidades de interpretação e aplicação da lei.

Para tanto, os estágios e as *práticas jurídicas* deixam de ter aquele tradicional significado de “prática forense”, exclusiva das últimas séries. Embora também as inclua, os estágios são concebidos de forma bem mais ampla. Serão desenvolvidos incluindo a observação orientada e a participação, não apenas nas lides forenses, mas em todo o espectro de instituições onde o Direito ocorre.

As atividades complementares são também concebidas como formas de ampliação das experiências acadêmicas do aluno, proporcionando um conjunto diversificado de vivências, no intuito de enfatizar a participação nas atividades de pesquisa e extensão.

A pesquisa, como atividade institucional do Curso de Direito, está fundamentalmente ligada ao ensino e à extensão, e terá como principais expressões a Monografia Final, as pesquisas pontuais e projetos específicos.

A avaliação será preocupação constante, não se restringindo à verificação do rendimento escolar do aluno quanto às disciplinas do currículo, mas sim de forma ampliada, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão.

Assim, a par da verificação da aprendizagem, deverão ser avaliados todos os aspectos envolvidos na atividade institucional.

4. METODOLOGIA

A opção do curso é pela utilização tanto da aula debate, da aula com desenvolvimento de trabalhos, quanto da técnica de aula expositiva, nas suas formas participativa e dialógica, sem prejuízo da utilização, por parte do professor, de todas as demais técnicas que visem ao desenvolvimento do raciocínio e a construção do conhecimento. Em todas as modalidades, incentivar-se-á, sempre, o desenvolvimento das habilidades de construção crítica do conhecimento. Para tanto, será também incentivada a realização de atividades em grupo e seminários.

Em todas as atividades de ensino, privilegiar-se-á a compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico. A interdisciplinaridade deverá ser buscada tanto no âmbito interno do próprio curso, mas também nas suas interfaces com os demais cursos da instituição, bem ainda com outras áreas do conhecimento. Esta perspectiva deverá caracterizar tanto

o desenvolvimento das aulas do conteúdo disciplinar quanto às atividades complementares, a pesquisa e a extensão.

No que se refere à prática jurídica, deverá ele ser desenvolvido, através de atividades práticas, individuais, em pequenos grupos e em grupos maiores, dependendo da atividade específica. Não há, no estágio, a utilização de aulas expositivas, devendo o professor atuar como consultor, orientador e supervisor.

Quanto à Monografia Jurídica, a orientação dar-se-á também de forma individual, em pequenos grupos e em grupos maiores, relativamente, às questões de conteúdo e às questões metodológicas.

4.1. PESQUISA

A pesquisa, como atividade institucional do Curso de Direito, está fundamentalmente ligada ao ensino e à extensão, e terá como principais expressões a Monografia de Conclusão de Curso, as pesquisas pontuais e projetos específicos. Em razão disso, foram, inclusive, criadas disciplinas e atividades especificamente voltadas à preparação, orientação e desenvolvimento da pesquisa, como Metodologia de Pesquisa e Orientação de Monografia de Conclusão de Curso.

O Curso de Direito da UNEMAT incentivará o desenvolvimento de atividades de pesquisa pontualmente nas diversas disciplinas que compõem o currículo, mediante orientação dos respectivos professores bem de projetos específicos, desenvolvidos por professores, com a participação de alunos do curso, através de recursos técnicos e/ou financeiros. Serão priorizados os projetos de pesquisa que mantenham interfaces com as demais áreas de ensino da Instituição.

Dessa forma, as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas no Curso de Direito seguem 3 (três) linhas básicas: a pesquisa pontual, nas disciplinas; a Monografia de Conclusão de Curso e os projetos desenvolvidos por docentes pesquisadores.

No atual estágio está em vigor a Resolução n. 85/2007-CONEPE que disciplina a política de pesquisa desta IES, entretanto, o que se pretende implantar especialmente para Curso de Direito é a pesquisa nomeadamente de cunho investigativo de modo a incentivar o acadêmico à iniciação científica sob a orientação de docente lotado no Curso de Direito da Unemat, conforme as linhas de pesquisas definidas neste Projeto Político e Pedagógico (*vide*, item 4, *infra*).

4.2. EXTENSÃO

A extensão como processo educativo, cultural, científico e tecnológico, deverá manter articulação com o ensino e com a pesquisa, consolidando a relação entre a universidade e a sociedade por meio de compromissos e parcerias mútuas, através de práticas de intervenção social, objetivando a produção do saber transformador e formador da cidadania e da consciência crítica. (art. 13 da Resolução n. 142/2007-CEE/MT).

A extensão no Curso de Direito está vinculada a diversos aspectos, em especial, à pesquisa e às atividades complementares. Nesse sentido, o curso manterá, entre outras atividades, uma programação regular de eventos e serviços.

Dessa forma, as atividades de extensão desenvolvidas dirigem-se à comunidade e aos próprios alunos e professores do Curso de Direito, mantendo integração com o ensino

e com a pesquisa. Todas as atividades de extensão deverão plenificar o diálogo de saberes entre a Instituição e a comunidade.

4.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares têm por finalidade propiciar ao acadêmico, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos e instrumentais que lhe permitam o enriquecer cultural e do conhecimento jurídico proposto pelo curso.

A proposta que orienta o cumprimento das Atividades Complementares pelo estudante do Curso Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, tem base nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito instituídas pela Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004, aprovada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Ministério da Educação – MEC), art. 2º, § 1º, inciso X e art. 8º.

As Atividades Complementares são componentes curriculares que visam enriquecer e complementar o perfil do formando, podendo ser iniciadas a partir do 1º período pelo estudante, que deverá cumprir pelo menos 150 (cento e cinquentas) horas de Atividades Complementares.

Evidencia-se que as Atividades Complementares são componentes curriculares, cuja carga horária integrará o registro curricular do formando, porém, deverão ser desenvolvidas por meio de atividades extracurriculares, de modo a possibilitar o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do discente, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

São consideradas Atividades Complementares:

I. Pesquisa e Iniciação Científica;
II. Extensão;
III. Monitoria;
IV. Seminários, Simpósios, Congressos, Conferências, Fórum;
V. Produções coletivas;
VI. Participação na organização de atividades culturais, eventos, fomento, assessoria a grupos sociais, desde que conste no certificado a respectiva carga horária.
VII. Cursos com carga horária de, no mínimo 20(vinte) horas;
VIII. Estudo dirigido, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária e sejam acompanhados pelo professor responsável pelas Atividades Complementares.

As atividades de monitoria, participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, as produções coletivas, devem ser computados em 30 (trinta) horas por semestre como Atividades Complementares.

O estudo dirigido, por sua vez, constitui-se em atividade orientada pelo professor-coordenador do estudo e o aluno o desenvolverá em forma de estudo independente. A carga horária de cada atividade de estudo dirigido será definida pelo professor coordenador do estudo.

Fica a critério do Colegiado de Curso avaliar, para efeito do cumprimento da carga horária de Atividades Complementares, os cursos de cunho técnico profissionalizante e de proficiência em Língua Estrangeira.

4.4. ESTÁGIOS

O estágio, desde a edição da Portaria MEC 1886, deixou de denominar-se prática forense e agora é titulada prática jurídica, como decorrência da concepção de que o Direito não se resume ao "mundo do foro", mas pode ser encontrado em outros contextos.

Tais atividades, simuladas e reais, devem ser exclusivamente práticas, sem utilização de aulas expositivas, compreendendo, entre outras, redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas relatadas a órgãos judiciários e demais repartições públicas ou privadas, análise de autos findos, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões.

A finalidade do estágio curricular é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das habilidades necessárias à atuação profissional. A concepção e organização das atividades práticas devem estar adequadas aos conteúdos dos eixos de formação fundamental e profissional, trazendo ao discente uma perspectiva integrada da formação teórica e prática.

Cada aluno deverá cumprir um mínimo de 300 horas/atividade de Estágio Supervisionado, abrangendo Visitas Orientadas, Práticas Simuladas e Reais, realizadas conforme previsão do plano curricular, preponderamente no Núcleo de Prática Jurídica.

Com efeito, cria-se, no âmbito do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, o Núcleo de Prática Jurídica, em obediência e em conformidade ao disposto na Resolução CNE/CES nº 09/2004, do Ministério da Educação, que institui as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Direito.

Nesse sentido, as atividades de estágio serão realizadas de forma simulada e real, sendo que, no último caso, serão efetivadas por meio do Serviço de Assistência Jurídica, que contempla a prestação de assistência jurídica aos hipossuficientes, de acordo com o disposto na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Os estágios deverão ser planejados com a colaboração dos docentes das diversas disciplinas do curso que se reunirão com a coordenação de estágios, para discutir as atividades do ano anterior e apresentar sugestões de atividades para o ano seguinte.

4.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para concluir o curso, os alunos deverão apresentar e defender, perante banca examinadora, trabalho de conclusão de curso, denominado de Monografia de Conclusão de Curso.

Relativamente a ele, destacam-se os seguintes pontos fundamentais:

a) existência de disciplinas específicas, nos semestres iniciais, destinadas a fornecer as bases teóricas e metodológicas do pensamento científico;

b) destinação de horas especificamente para a orientação da elaboração da Monografia.

A Monografia de Conclusão de Curso deverá refletir todo aprendizado do acadêmico, que dá os últimos passos na graduação antes de iniciar a vida profissional,

em qualquer das áreas de atuação jurídica. A exigência da Monografia reforça o argumento de que o curso de Direito deve ter efetivo compromisso com a pesquisa. Representa um momento privilegiado para a formação do aluno, como um coroamento do currículo pleno e dos objetivos propostos para o curso. Significa também um convite explícito à continuidade da vida acadêmica, sendo, por muitos, encarada como um prenúncio de uma futura dissertação de mestrado e de tese de doutorado. Com a exigência da Monografia, o acadêmico será estimulado a elaborar um projeto de pesquisa sobre um tema de seu interesse. Em seguida, será orientado a realizar pesquisa, com fim específico, colocando nela toda a universalidade de valores colhida durante a graduação.

As formas de operacionalização dessas atividades são estabelecidas no Regulamento específico para Monografia de Conclusão de Curso.

A denominação Monografia de Conclusão de Curso guarda coerência com a Resolução 030/2012 – CONEPE, onde se exige que o corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir, no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas, sendo, portanto, clara a opção pelo trabalho monográfico.

5. MATRIZ CURRICULAR

5.1.CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A proposta de matriz curricular busca uma formulação de plena inserção contextual e coerência com a concepção de curso, e assim efetivamente contribuir para a realização das proposições da UNEMAT e para a consecução dos objetivos do Curso de Direito.

O plano de estudos constitui-se a partir de três categorias principais, em que são incluídas as disciplinas e atividades do curso. A inclusão de cada uma das disciplinas e atividades curriculares nas categorias principais que se seguem, leva em conta a ênfase maior que é dada aos conteúdos da disciplina e/ou atividade, sem prejuízo de que estes possam abranger mais de uma categoria.

CATEGORIA PRINCIPAL	DISCIPLINAS/ATIVIDADES
Estudos gerais e humanísticos fundamentais	Introdução ao Estudo do Direito; História do Direito; Ciência Política; Economia Política; Filosofia Geral; Sociologia do Direito; Filosofia Geral, Filosofia do Direito; Ética Profissional; Língua Portuguesa; Hermenêutica jurídica; Antropologia Jurídica; Psicologia Jurídica.
Estudos profissionalizantes	Introdução ao Estudo do Direito; Direito Constitucional; Direitos Fundamentais; Direito Civil; Direito Penal; Legislação Penal Extravagante; Criminologia; Direito Empresarial; Direito do Trabalho; Direito Agrário; Direito Ambiental; Direito Administrativo; Direito Tributário; Direito Internacional Público; Proteção Internacional dos Direitos Humanos; Metodologia da Pesquisa Jurídica; Mediação e Arbitragem; Direito Previdenciário; Teoria do Direito; Direito Processual Civil; Microssistemas de Direitos Difusos e Coletivos; Direito Processual Penal; Direito do Trabalho; Medicina Legal; Direito Processual do Trabalho; Ética Profissional;

	Disciplinas Eletivas Obrigatórias I, II, III, IV, V, VI, VII, VII e IX, cujo elenco compreende, de modo geral as seguintes disciplinas: Mediação e Arbitragem; Ambiental II; Direito Tributário II; Direito Urbanístico; Direito Financeiro; Direito Econômico; Política Internacional e Diplomacia; Direito e Bioética; Hermenêutica Jurídica; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos II; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos III; Direito Internacional Privado; Criminologia; Direito Administrativo III; Teoria Política Contemporânea; Execução Penal e Direito Penitenciário; Direito Falimentar; Fundamentos do Direito do Trabalho; Direito de Integração e Comunitário; Direito Civil IV a – Contratos em espécie; Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais; Medicina Legal; Negociação Coletiva e Sindicalismo; Direito Aduaneiro e Comércio Exterior; Processo Constitucional; Processo Tributário; Direito Civil Contemporâneo; Direito do Trabalho Contemporâneo; Direito Penal Contemporâneo; Direito Constitucional Contemporâneo; Libras; Informática Aplicada.
Formação Prática e complementares	Metodologia das Pesquisa Jurídica; Monografia Jurídica I, II e III; Núcleo de Prática Jurídica I, II, III e IV; Atividades Complementares.

5.2. A ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de Direito estará estruturado em Disciplinas Obrigatórias, Disciplinas Eletivas Obrigatórias e Disciplinas Eletivas Livres, oferecidas conforme plano curricular. As disciplinas obrigatórias devem ser obrigatoriamente oferecidas pelo Curso e também obrigatoriamente deverão ser efetivadas pelo discente.
As disciplinas eletivas obrigatórias são de escolha do Curso, para oferecimento ao aluno, dentro de um elenco pré-estabelecido, sendo obrigatória para o aluno. A Coordenação do Curso poderá oferecer mais de uma opção de disciplina, dentro do elenco pré-estabelecido para o semestre, para que o discente possa se matricular.
Por sua vez, as disciplinas eletivas livres oportunizarão aos acadêmicos uma complementaridade em seu histórico curricular, não sendo obrigatórias. O Curso poderá oferecer aos discentes, de acordo com o elenco pré-estabelecido para as disciplinas eletivas obrigatórias, disciplinas eletivas livres, com a finalidade de privilegiar o conhecimento em determinada área do conhecimento jurídico.

5.2.1 - Disciplinas Obrigatórias
Ciência Política; Economia política; Filosofia do Direito; Filosofia Geral; Sociologia do Direito; Língua Portuguesa; Antropologia Jurídica; Metodologia da Pesquisa Jurídica; Psicologia Jurídica; Ética Profissional; História do Direito; Introdução ao Estudo do Direito; Teoria do Direito; Direito Constitucional I; Direito Constitucional II; Direitos Fundamentais; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos I; Direito Civil I- Parte Geral; Direito Civil II- Parte Geral; Direito civil III – Obrigações; Direito civil IV – Teoria geral dos contratos; Direito Civil V – Família; Direito Civil VI – Sucessões; Direito Civil VII – Reais; Direito Penal I – Parte Geral; Direito Penal II – Parte Geral; Direito Penal III – Parte Especial; Direito Penal IV – Parte Especial; Legislação Penal Extravagante; Direito

Empresarial I; Direito Empresarial II; Direito do Trabalho I; Direito do Trabalho II; Direito Agrário; Direito Ambiental I; Direito Administrativo I; Direito Administrativo II; Direito Tributário I – Teoria geral; Direito Internacional Público; Proteção Internacional dos Direitos Humanos; Direito Previdenciário; Direito Processual Civil I; Direito Processual Civil II; Direito Processual Civil III; Direito Processual Civil IV; Direito Processual Civil V; Direito Processual Penal I; Direito Processual Penal II; Direito Processual Penal III; Direito Processual do Trabalho I; Direito Processual do Trabalho II; Direito Eleitoral; Prática Jurídica I – Civil; Prática Jurídica II – Civil; Prática Jurídica III – Penal; Prática Jurídica IV – Trabalhista; Monografia I; Monografia II; Monografia III.

5.2.2 - Disciplinas Eletivas Obrigatórias

Existem 09 Disciplinas Eletivas Obrigatórias. O departamento poderá oferecer mais de uma opção de disciplina eletiva obrigatória por semestre. As disciplinas que podem ser escolhidas pelo colegiado de curso são, no geral: Mediação e Arbitragem; Contratos em espécie; Ambiental II; Direito Tributário II; Direito Urbanístico; Direito Financeiro; Direito Econômico; Política Internacional e Diplomacia; Direito e Bioética; Hermenêutica Jurídica; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos II; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos III; Direito Internacional Privado; Criminologia; Direito Administrativo III; Teoria Política Contemporânea; Execução Penal e Direito Penitenciário; Direito Falimentar; Fundamentos do Direito do Trabalho; Direito de Integração e Comunitário; Negociação Coletiva e Sindicalismo; Direito Aduaneiro e Comércio Exterior; Processo Constitucional; Processo Tributário; Planejamento Urbano; Direito Civil Contemporâneo; Direito do Trabalho Contemporâneo; Direito Penal Contemporâneo; Direito Constitucional Contemporâneo; Libras; Informática Aplicada; Medicina Legal.

5.2.3 - Disciplinas Eletivas Livres

A disciplina eletiva livre poderá ser realizada nos cursos de oferecidos UNEMAT. É da escolha do acadêmico, respeitado os pré-requisitos e normas do curso que acolhe a disciplina escolhida. O Curso poderá oferecer disciplinas eletivas livres, dentre aquelas pré-estabelecidas para as disciplinas eletivas obrigatórias.

5.2.4 - Estágios, Atividades Complementares e Orientação de Monografia Jurídica

-Os Estágios Supervisionados são atividades obrigatórias e deverão ser integralizados conforme o plano curricular, preponderantemente no Núcleo de Prática Jurídica;
-O aluno deverá integralizar um mínimo de duzentas e cinquenta horas de atividades complementares, distribuídas em, no mínimo, 6 (seis) semestres.
-A orientação de Monografia Jurídica será obrigatoriamente oferecida pelo Curso, conforme a resolução 030/2012-CONEPE e o regulamento da Monografia Jurídica do Curso.

6 - MATRIZ CURRICULAR ORGANIZADA A PARTIR DAS TRÊS UNIDADES CURRICULARES

Unidade Curricular I – Formação Geral e Humanística							
Disciplina	**CH**	**Crédito**					**Pré-requisitos**
		T	P	L	C	D	-
Ciência Política	60	4	0	0	0	0	-
Economia política	60	4	0	0	0	0	-

Filosofia do Direito	60	4	0	0	0	0	-
Filosofia Geral	60	4	0	0	0	0	-
Sociologia do Direito	60	4	0	0	0	0	-
Língua Portuguesa	60	4	0	0	0	0	-
Antropologia Jurídica	60	4	0	0	0	0	-
Metodologia da Pesquisa Jurídica	60	4	0	0	0	0	-
Psicologia Jurídica	60	4	0	0	0	0	-
Ética Profissional	60	4	0	0	0	0	-
História do Direito	60	4	0	0	0	0	-
Total	**660**	**44 créditos**					

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

Unidade Curricular II – Formação Especifica – Profissional, Estágio e Monografia							
Disciplina	CH	Crédito					Pré-requisitos
		T	P	L	C	D	
Introdução ao Estudo do Direito	60	4	0	0	0	0	-
Teoria do Direito	60	4	0	0	0	0	-
Direito Constitucional I	60	4	0	0	0	0	**-**
Direito Constitucional II	60	4	0	0	0	0	**DCONST - I**
Direitos Fundamentais	60	4	0	0	0	0	**-**
Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos I	60	4	0	0	0	0	**-**
Direito Civil I- Parte Geral	60	4	0	0	0	0	
Direito Civil II- Parte Geral	60	4	0	0	0	0	**DC - I**
Direito civil III – Obrigações	60	4	0	0	0	0	-
Direito civil IV – Teoria geral dos contratos	60	4	0	0	0	0	**-**
Direito Civil V – Família	60	4	0	0	0	0	-
Direito Civil VI – Sucessões	60	4	0	0	0	0	-
Direito Civil VII - Reais	60	4	0	0	0	0	**DC - II**
Direito Penal I – Parte Geral	60	4	0	0	0	0	-
Direito Penal II – Parte Geral	60	4	0	0	0	0	**DPEN-I**
Direito Penal III – Parte Especial	60	4	0	0	0	0	-
Direito Penal IV – Parte Especial	60	4	0	0	0	0	**-**
Legislação Penal Extravagante	60	4	0	0	0	0	**-**
Direito Empresarial I	60	4	0	0	0	0	-
Direito Empresarial II	60	4	0	0	0	0	**-**
Direito do Trabalho I	60	4	0	0	0	0	-
Direito do Trabalho II	60	4	0	0	0	0	**DIT-I**
Direito Agrário	60	4	0	0	0	0	-
Direito Ambiental I	60	4	0	0	0	0	-
Direito Administrativo I	60	4	0	0	0	0	-

Direito Administrativo II	60	4	0	0	0	0	**DAD-I**
Direito Tributário I – Teoria Geral	60	4	0	0	0	0	-
Direito Internacional Público	60	4	0	0	0	0	-
Proteção Internacional dos Direitos Humanos	60	4	0	0	0	0	-
Direito Previdenciário	60	4	0	0	0	0	-
Direito Processual Civil I	60	4	0	0	0	0	-
Direito Processual Civil II	60	4	0	0	0	0	-
Direito Processual Civil III	60	4	0	0	0	0	-
Direito Processual Civil IV	60	4	0	0	0	0	-
Direito Processual Civil V	60	4	0	0	0	0	-
Direito Processual Penal I	60	4	0	0	0	0	**-**
Direito Processual Penal II	60	4	0	0	0	0	**-**
Direito Processual Penal III	60	4	0	0	0	0	-
Direito Processual do Trabalho I	60	4	0	0	0	0	**DIT-II**
Direito Processual do Trabalho II	60	4	0	0	0	0	**DPT - I**
Direito Eleitoral	60	4	0	0	0	0	**-**
Prática Jurídica I - Civil	60	0	4	0	0	0	**DC – II; DPC - I**
Prática Jurídica II - Civil	60	0	4	0	0	0	
Prática Jurídica III - Penal	120	0	8	0	0	0	**DPEN II; DPP - III**
Prática Jurídica IV - Trabalhista	60	0	4	0	0	0	**DT – I.**
Monografia Jurídica I	30	2	0	0	0	0	**-**
Monografia Jurídica II	30	0	2	0	0	0	**MONO – I**
Total	**2820**	**188 créditos**					

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

Unidade Curricular III – Formação Complementar – Eletivas Obrigatórias							
Disciplina	**CH**	**Crédito**					**Pré-requisitos**
		T	P	L	C	D	-
Disciplina Eletiva Obrigatória I	60	3	0	0	0	1	-
Disciplina Eletiva Obrigatória II	60	3	0	0	0	1	-
Disciplina Eletiva Obrigatória III	60	3	0	0	0	1	-
Disciplina Eletiva Obrigatória IV	60	4	0	0	0	0	-
Disciplina Eletiva Obrigatória V	60	4	0	0	0	0	-
Disciplina Eletiva Obrigatória VI	60	3	0	0	0	1	-
Disciplina Eletiva Obrigatória VII	60	4	0	0	0	0	-
Disciplina Eletiva Obrigatória VIII	60	4	0	0	0	0	-
Disciplina Eletiva Obrigatória IX	60	4	0	0	0	0	-

Total	540	36 créditos

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

Rol de Disciplinas Eletivas Obrigatórias

Disciplina	CH	Crédito				Pré-requisitos
		T	P	E	B	
Política Internacional e Diplomacia	60	3	0	0	0	-
Processo Constitucional	60	4	0	0	0	-
Processo Tributário	60	4	0	0	0	-
Direito Ambiental II	60	3	0	0	1	-
Teoria Política Contemporânea	60	4	0	0	0	-
Criminologia	60	3	0	0	1	-
Direito Administrativo III	60	3	0	0	1	-
Direito Tributário II	60	4	0	0	0	-
Direito Aduaneiro e Comércio Exterior	60		0	0	0	1	-
Direito Civil Contemporâneo	60	4	0	0	0	0	-
Direito Civil IV A – Contratos em espécie	60	3	0	0	0	1	-
Direito Constitucional Contemporâneo	60	4	0	0	0	0	-
Direito de Integração e Comunitário	60	4	0	0	0	0	-
Direito do Trabalho Contemporâneo	60	4	0	0	0	0	-
Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais	60	4	0	0	0	0	-
Direito e Bioética	60	3	0	0	0	1	-
Direito Econômico	60	4	0	0	0	0	-
Direito Falimentar	60	3	0	0	0	1	-
Direito Financeiro	60	4	0	0	0	0	-
Direito Internacional Privado	60	3	0	0	0	1	-
Direito Penal Contemporâneo	60	4	0	0	0	0	-
Direito Urbanístico	60	4	0	0	0	0	-
Execução Penal e Direito Penitenciário	60	3	0	0	0	1	-
Fundamentos do Direito do Trabalho	60	4	0	0	0	0	-
Hermenêutica Jurídica	60	4	0	0	0	0	-
Informática Aplicada	60	3	0	0	0	1	-
Libras	60	4	0	0	0	1	-
Mediação e Arbitragem	60	3	0	0	0	1	-
Medicina Legal	60	4	0	0	0	0	-
Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos II	60	3	0	0	0	1	-
Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos III	60	4	0	0	0	0	-
Negociação Coletiva e Sindicalismo	60	3	0	0	0	1	-

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

7. MATRIZ CURRICULAR ORGANIZADA POR FASES

1ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Introdução ao Estudo do Direito	IED	4.0.0.0.0	4	60	-
Ciência Política	CPO	4.0.0.0.0	4	60	-
Filosofia Geral	FIG	4.0.0.0.0	4	60	-
Economia Política	ECOP	4.0.0.0.0	4	60	-
Língua Portuguesa	LPO	4.0.0.0.0	4	60	-
História do Direito	HD	4.0.0.0.0	4	60	-
Total	**-**	**24.0.0.0.0**	**24**	**360**	**-**

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

2ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Teoria do Direito	TD	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Constitucional I	DCONST	4.0.0.0.0	4	60	-
Antropologia Jurídica	ANJ	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Civil I – Parte Geral I	DCI-I	4.0.0.0.0	4	60	-
Sociologia do Direito	SOD	4.0.0.0.0	4	60	-
Filosofia do Direito	FID	4.0.0.0.0	4	60	-
Total	**-**	**24.0.0.0.0**	**24**	**360**	**-**

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

3ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Direito Processual Civil I	DPC-I	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Penal I	DPEN-I	4.0.0.0.0	4	60	-
Psicologia Jurídica	PSJ	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Civil II – Parte Geral II	DCI-II	4.0.0.0.0	4	60	DCI-I
Metodologia da Pesquisa Jurídica	MPJ	4.0.0.0.0	4	60	

Direito Constitucional II	DCONST-II	4.0.0.0.0	4	60	DCONST-I
Total	**-**	**24.0.0.0.0**	**24**	**360**	**-**

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

4ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Direito Civil III – Direito das Obrigações	DCI-III	4.0.0.0.0	4	60	
Direitos Fundamentais	DFM	4.0.0.0.0	4	60	
Direito Processual Penal I	DPP-I	4.0.0.0.0	4	60	
Direito Penal II	DPEN-II	4.0.0.0.0	4	60	DPEN-I
Direito Administrativo I	DAD-I	4.0.0.0.0	4	60	
Direito Processual Civil II	DPC-II	4.0.0.0.0	4	60	
Total	**-**	**24.0.0.0.0**	**24**	**360**	**-**

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

5ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Direito Civil IV – Teoria Geral dos Contratos	DCI-IV	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Processual Civil III	DPC-III	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Administrativo II	DADII	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Ambiental I	DAM-I	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Processual Penal II	DPP-II	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Penal III	DPEN-III	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória I*	DEO-II	3.0.0.0.1	4	60	-
Total	**-**	**27.0.0.0.1**	**28**	**420**	**-**
***Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Direito Internacional Privado; Criminologia; Mediação e Arbitragem; Política Internacional e Diplomacia; Informática Aplicada.**					

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

6ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Direito Civil V – Direito de Família	DCI-V	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Processual Civil IV	DPC-IV	4.0.0.0.0	4	60	-
Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos I	MDDC-I	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Empresarial I	DEM-II	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Processual Penal III	DPP-III	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Penal IV	DPEN-IV	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória II*	DEO-III	3.0.0.0.1	4	60	-
Prática Jurídica I - Civil	PJC-I	0.4.0.0.0	4	60	DCI-II; DPC-I
Total	**-**	**27.4.0.1**	**32**	**480**	**-**
***Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Direito Civil IV – Contratos em espécie; Direito Ambiental II; Direito Administrativo III; Teoria Política Contemporânea; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos I; Direito e Bioética.**					
LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância					

Total		**27.4.0.1**	**32**	**480**	
		7ª FASE			
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Direito Civil VI – Direito das Sucessões	DCI-VI	4.0.0.0.0	4	60	
Direito do Trabalho I	DIT-I	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Internacional Público	DIP	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Processual Civil V	DPC-IV	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Empresarial II	DEM-II	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito Tributário I	DTB-I	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória III*	DEO-IV	3.0.0.0.1	4	60	-
Prática Jurídica II – Civil	PJC-II	0.4.0.0.0	4	60	PJC-I; DCI-V

***Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Execução Penal e Direito Penitenciário; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos II; Direito Falimentar.**
LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

8ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Direito Civil VII – Direitos Reais	DCI-VII	4.0.0.0.0	4	60	DCI-VI
Direito Processual do Trabalho I	DPT-I	4.0.0.0.0	4	60	DIT-I
Direito Agrário	DAG	4.0.0.0.0	4	60	-
Legislação Penal Extravagante	LPE	4.0.0.0.0	4	60	-
Direito do Trabalho II	DIT-II	4.0.0.0.0	4	60	DIT-I
Disciplina Eletiva Obrigatória IV*	DEO-V	4.0.0.0.0	4	60	-
Prática Jurídica III - Penal	PJP-III	0.8.0.0.0	8	120	DPEN-II; DPP-III
Total	**-**	**24.8.0.0.0**	**32**	**480**	**-**
*Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Fundamentos do Direito do Trabalho; Direito de Integração e Comunitário; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos III; Direito Tributário II; Direito Urbanístico; Medicina Legal.					
LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância					

9ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Direito Previdenciário	DPREV	4.0.0.0.0	4	60	
Direito Processual do Trabalho II	DPT-II	4.0.0.0.0	4	60	DPT - I
Direito Eleitoral	DET	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória V*	DEO-VI	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória VI*	DEO-VII	3.0.0.0.1	4	60	-
Prática Jurídica IV – Trabalhista	PJT-IV	4.0.0.0.0	4	60	-
Monografia Jurídica I	MON-I	2.0.0.0.0	2	30	-
Total	**-**	**25.0.0.0.1**	**26**	**390**	**-**
***Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Negociação Coletiva e Sindicalismo; Direito Aduaneiro e Comércio Exterior; Processo Constitucional; Processo Tributário; Hermenêutica Jurídica.**					

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

10ª FASE					
Disciplinas	**Cód.**	**Créd. T.P.L.C.D**	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Pré-Requisitos**
Monografia Jurídica II	MON-II	0.2.0.0.0	2	30	MON-I
Ética Profissional	EPR	4.0.0.0.0	4	60	-
Proteção Internacional dos Direitos Humanos	PIDH	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória VII**	DEO-VIII	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória VIII*	DEO-IX	4.0.0.0.0	4	60	-
Disciplina Eletiva Obrigatória IX*	DEO-X	4.0.0.0.0	4	60	-
Total		**20.2.0.0.0**	**22**	**330**	
***Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Direito Financeiro; Direito Econômico; Direito Civil Contemporâneo; Direito do Trabalho Contemporâneo; Direito Penal Contemporâneo; Direito Constitucional Contemporâneo; Libras; Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais.**					

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

8 - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

8.1 – Ementas 1ª FASE

1ª FASE

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

EMENTA: Relacionamento do Direito com as demais formas de conhecimento. Direito e moral. Conceito de Direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Direito público e direito privado: perspectivas críticas. Direito e Lei: técnica legislativa. As fontes do Direito nos sistemas romanistas e na "Common Law". Enfoques teóricos: zetética e dogmática. Teoria da norma e do ordenamento jurídico. Jurisprudência. Direito e Justiça. Direito e Segurança Jurídica. Escolas jurídicas.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: RT.
FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas
LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos
NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva
GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
IHERING, Rudolf Von. A luta pelo Direito. Rio de Janeiro: Forense.
KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Editora Armênio Amado.
LUIZ, Valter Corrêa. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
MONTORO, André Franco. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.
PIRAGIBE, Roberto Fonseca Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
SOARES, Orlando Estevão da C. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.

CIÊNCIA POLÍTICA

EMENTA: Conceito, objeto e método da Ciência Política. Sociedade: origens, elementos, finalidade, poder social. Estado: origens, tipos de Estado, soberania, território, povo e população, finalidade e funções do Estado, poder do Estado, conceito de Estado. Estado e Governo: democracia direta, semidireta e representativa, representação política, o sufrágio, sistemas eleitorais, separação de poderes. Formas de Estado, Formas de Governo. Sistemas de Governo. Problemas do Estado contemporâneo. Os Partidos Políticos. Sistemas de Partidos. O Partido Político no Brasil.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS. Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Celso Bastos.
BOBBIO, Norberto. Teoria das Formas de Governo. Brasília: UNB.
_____. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense.
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Celso Bastos.
CHÂTELET, François. Concepções Políticas do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. São Paulo: Malheiros.
BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 2 vols. Brasília: UNB
CHEVALIER, Jean-Jaques. Grandes Obras Políticas de Maquiavel aos Nossos dias. Rio de Janeiro: Agir.
FRIEDE, Reis. Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre: L&PM Editores.
MALUF, Said. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva.

ROBERT, Cinthia; MAGALHAES, José Luiz Quadros de. Teoria do Estado, Democracia e Poder Local. Rio de Janeiro: Lumen Júris.
STRECK, Lenio Luiz. MORAIS, José Luis Bolzan. Ciência Política e Teoria do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

FILOSOFIA GERAL

EMENTA: Definição e conceito da Filosofia. O problema da lógica formal e material. Os métodos da filosofia. Períodos da história da filosofia. O questionamento originário da filosofia, enquanto busca do conhecimento e seu desenvolvimento histórico. Crítica aos pressupostos do pensamento científico. Filosofia Moderna. Filosofia Contemporânea. Escola de Frankfurt. Filosofia e o contexto brasileiro: o problema da dependência ou colonialismo cultural na sociedade brasileira.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência - Introdução ao Jogo e suas Regras. São Paulo: Brasiliense.
ARANHA, Maria Lúcia de A; MARTINS, Maria Helena P. Filosofando - Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna.
BRÉHIER, Emile. História da Filosofia. São Paulo: Mestre Jou.
BUZZI, Arcângelo. Introdução ao Pensar. Petrópolis.
CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CHAUI, Marilena. Primeira Filosofia - Lições Introdutórias. São Paulo: Brasiliense.
_____.O Que é Ideologia? São Paulo: Brasiliense.
FOUCAULT, Michael. As Palavras e as Coisas. Lisboa:. Portugália.
SATRE, Jean Paul. O Existencialismo é um Humanismo. Tradução e notas de Vergílio Ferreira. Lisboa: Presença.

ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA: Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neo-clássicas, marxista e keynesiana. O liberalismo econômico e a fase mercantilista. O sistema econômico capitalista: formação e evolução. A teoria do valor. As categorias econômicas: renda, juro, lucro, salário. Concorrência. A formação dos preços e o funcionamento do mercado. Industrialização, internacionalização da economia e participação do Estado no processo econômico. A ordem econômica internacional. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAULO NETTO, José. Economia Política - Uma Introdução Crítica. São Paulo: Cortez.
NAPOLEONI, Cláudio. Curso de Economia Política. Diadema: Graal.
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas.
SINGER, Paul. Curso de Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia: princípios de micro e macro economia. Rio de Janeiro: Campus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, Fernando. Introdução à economia. Coimbra: Almedina.
BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (org.). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier.
FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra.
GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política. São Paulo: Saraiva.
GONCALVES, Reinaldo. Economia Política Internacional - Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus.
MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes.
PINHO, Diva Benevides; VASCONELLOS, Marco Antonio S. de (org.), Manual de economia. São Paulo: Saraiva.

1ª FASE

Língua Portuguesa

EMENTA: Conceitos fundamentais e problematizações. Conceitos básicos de “língua”, “fala” e “cultura”. Teorias e elementos da comunicação. A questão da natureza da língua em face das variantes lingüísticas. Funções da linguagem. A linguagem falada e escrita. O problema da comunicação em face da distinção entre a língua oral e escrita e de suas correspondentes formas culturais. Figuras de linguagem. Modos de significação em linguagem verbal técnicas de argumentação. Eficácia e falácia da comunicação. A denotação do recurso de leitura referencial da realidade. A conotação como recurso indispensável para se fomentar a expressividade. A noção de “texto”, “textualidade”. Gêneros de composição do texto. Descrição. Narração. Argumentação. Texto dissertativo. Texto argumentativo. Textos literários e não literários. Produção e análise de textos técnicos. Fundamentos e estética da comunicação oficial.

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas

CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAGALHÃES, Roberto. Técnica de Redação. São Paulo: Editora do Brasil.
PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neusa Teresinha. Literatura, Gramática e Redação. São Paulo: FTD.
PINTO, M. J. Análise Semântica de Línguas Naturais: Caminhos e Obstáculos Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental. Porto Alegre: Sagra D.C. Luzzatto.
NASCIMENTO, Edmundo Dantès. Linguagem Forense. São Paulo: Saraiva.
TELLES Jr. Discurso, Linguagem e Justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais.
Silva, L.C. Português Forense. São Paulo: Saraiva.
XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense.

HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA: Introdução: Positivismo/historicismo e história do direito. A Escola dos Annales. Marxismo e suas relações com a história do direito. A crítica foucaultiana do sujeito, a história dos vencidos de Walter Benjamin e suas relações com a história do direito. Mentalidade jurídica medieval. Formação do direito comum europeu. Escolas dos Glosadores e dos Comentadores. Recepção medieval do direito romano. Crise das estruturas medievais e direito. Formação do pensamento jurídico moderno. Jusnaturalismo moderno e formação da subjetividade moderna. A formação da propriedade e a tematização do sujeito de direito. Contratualismo e política moderna. Estados nacionais e direito no Antigo Regime. Revoluções burguesas, codificação moderna e 'absolutismo jurídico'. Escolas do positivismo jurídico. Pandectística. Crise do Estado de Direito. Século XX e a emergência do Estado Constitucional. Democracia, totalitarismo e direito. Direito colonial e imperial do Brasil e pluralismo jurídico. Liberalismo e codificação no Brasil do século XIX. Escravidão e estruturas jurídico-políticas na colônia e no império brasileiro. Liberalismo e codificação no Brasil do século XIX. Ensino jurídico no Brasil Império e na República Velha. Bacharelismo e liberalismo no Brasil.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
FONSECA, Ricardo Marcelo. Introdução teórica à História do Direito. Curitiba: Juruá.
FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELAENDER, Airton (orgs.). História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade jurídica. Curitiba: Juruá.
GROSSI, Paolo. Primeira lição sobre direito. Trad. Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: forense.
HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica européia: síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux.
WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. São Paulo: Forense, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FAURI, Ana Letícia. Adquirindo e defendendo os privilégios concedidos pela Coroa no Norte do Brasil. In MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; FLORES, Jorge. Raízes do privilégio: mobilidade no mundo ibérico do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Trad. Arno Dal Ri Jr. 2a. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux.
HESPANHA, António Manuel. O direito dos letrados no império português. Florianópolis: Boiteux.

_____. A política perdida: ordem e governo antes da modernidade. Curitiba: Juruá.

8.2. Ementas 2ª FASE

2ª FASE

TEORIA DO DIREITO

EMENTA: O fundamento do Direito. Teorias do Direito: uma introdução crítica. Direito e Ciência Jurídica. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico: composição e estrutura. Dogmática jurídica e ruptura epistemológica: positivismo, jusnaturalismo, o garantismo, o egologismo, os princípios, o Direito e a democracia.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ASCENSÃO, José de Oliveira. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Renovar.
BASTOS, Wander Aurélio. Introdução à Teoria do Direito. Rio de Janeiro: Liber Jus.
BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. São Paulo: Martins Fontes.
DINIZ, Maria Helena. As Lacunas do Direito. São Paulo: Saraiva
ENGISH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALEXY, Robert. Teoria de los Derechos Fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales
_____. Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. São Paulo: Landy
COSSIO, Carlos. La teoria de La imprevision. Buenos Aires: Abeledo-Perrot
DWORKIN, Ronald. O império do Direito. São Paulo: Martins Fontes
_____.O Império do Direito. São Paulo: Editora Martins Fontes.
FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão – Teoria do Garantismo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FERRAZ JR. Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas.
GERSTER, Thomas Fleiner. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Martins Fontes.
KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes.
HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre faticidade e validade I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
HART, Herbert L. A. O conceito de Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gubelkian
KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MONTESQUIEU, Charles Luis de Secondat. O Espírito das Leis. Belo Horizonte: Líder.
MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais
RAWLS, John. Uma teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes.

DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTA: Constitucionalismo: da antiguidade clássica ao constitucionalismo contemporâneo. Constituição: conceito e classificações (tipologia). Teoria da norma constitucional. Interpretação das normas constitucionais. Preâmbulo e ADCT. Histórico das Constituições do Brasil: de 1824 até 1988. Fundamentos da República Federativa do Brasil. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Poder constituinte originário. Reforma e revisão constitucional. Mutação Constitucional. Noções acerca da teoria geral dos direitos fundamentais. Organização político-administrativa.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva.
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros.
MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. SP: Saraiva. SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e aplicação das normas constitucionais. São Paulo: Saraiva.
_____. Temas de Direito Constitucional – Tomo I. Ed. Renovar.
_____. Temas de Direito Constitucional – Tomo II.Ed. Renovar.
_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo III. Ed. Renovar.
_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo IV. Ed. Renovar.
CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina.
HESSE, Konrad. Temas Fundamentais de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.
_____. A força normativa da constituição. Porto Alegre: Fabris.
LOEWESTEIN, Karl. Teoria de la Constitution. Barcelona: Ariel.
MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional. Lisboa: Coimbra Ed.
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad.
SALDANHA, Nelson Nogueira. O poder constituinte: tentativa de estudo sociológico e jurídico. Imprensa Industrial.
SILVA, José Afonso. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros.
STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional e hermenêutica. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo: Itatiaia.

ANTROPOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: O campo de estudo da Antropologia. Introdução às teorias antropológicas. Antropologia brasileira. Antropologia Jurídica: história, conceito, objeto e método. A ordem

nas sociedades simples. Pluralismo Jurídico. O direito em uma perspectiva multicultural. Solucionando conflitos: princípios de classificação das soluções, as justiças informais e o poder dos serventuários, o julgamento, a devolução social da profissão de juiz.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
KUSCHNIR, Karina. Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
SANTOS, Sidney Francisco Reis dos; ALVES, Elizete Lanzoni. Iniciação à Antropologia Jurídica – Por onde Caminha a Humanidade? São José: Conceito.
SHIRLEY, Robert W. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BROWN, A. R. Radcliffe. Sanções Sociais e Direito Primitivo. In: Estrutura e Função na Sociedade Primitiva.
DAVIS, Shelton H. (org.). Antropologia do Direito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
GEERTZ, Cliford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. Petrópolis: Vozes.
LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
LYRA FILHO, Roberto. Para um Direito sem Dogmas. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editora.
MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia Cultural. Petrópolis: Vozes.
MOREIRA LEITE, Ângela. Em tempo de Conciliação. Niterói: EDUFF.
VANRELL, Jorge Paulete. Antropologia Forense. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan s/a.

DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL I

EMENTA: Conceito e princípios do Direito Civil. Constitucionalização do Direito Civil. Sujeitos de Direito. Pessoa Física. Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Domicílio. Bens e coisas. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte geral. São Paulo: Saraiva.
LÔBO, Paulo. Direito Civil: parte geral. São Paulo: Saraiva.
SCHREIBER, Anderson. Direito da Personalidade. São Paulo: Atlas.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo: Saraiva.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.
PERLINGIERI, PIETRO. Perfis de Direito Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar.

SCHREIBER, Anderson, Direito Civil e Constituição. São Paulo: Atlas.
TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. São Paulo: Renovar.

SOCIOLOGIA DO DIREITO

EMENTA: Contexto histórico da Sociologia do Direito. Sociologia do Direito: conceito, objeto e método. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito-Sociedade. Abordagens e metodologias sociológicas jurídicas clássicas e contemporâneas. O impacto das normas e do sistema de justiça na realidade social. Tendências da sociologia jurídica no Brasil. Pesquisa quantitativa e qualitativa na sociologia jurídica: a aplicação em investigação de campo.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BERGER, Peter I. Perspectivas Sociológicas. Uma Visão Humanística; Tradução de Donaldson M. Garsschagen. Petrópolis: Vozes.
CASTRO, Celso A. Pinheiro. Sociologia do direito. São Paulo: Atlas.
DURKHEIM, Émile . Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes.
EHRLICH, Eugen. Fundamentos da sociologia do direito. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
MACHADO NETTO, Antônio Luís. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes,
BASBAUM, Leôncio. Alienação e Humanismo. São Paulo: Global.
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
DEMO, Pedro. Cidadania Menor. Alguma Indicações Quantitativas de Nossa Pobreza Pública. Petrópolis: Vozes.
BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia; uma Defesa das Regras do Jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Coleção a obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret.
FORACCHI, Marialice M. Sociologia e sociedade: leituras e introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC.
LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral. São Paulo: Atlas.
LUHMANN, Niklas. Sociologia do Direito I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
_____. Sociologia do Direito II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
_____. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez.
MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
_____. A questão judaica. São Paulo: Boitempo.
MORAIS, José Luis Bolzan de. A idéia de Direito Social: O Pluralismo Jurídico de Georges Gurvitch. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.

WEBER, Marx. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

FILOSOFIA DO DIREITO

EMENTA: Conceito e tarefa da filosofia do direito. Metodologia geral e método da Filosofia do Direito. História da Filosofia do Direito: Filosofia Grega; Juristas romanos. O Renascimento. Idade Moderna. A Filosofia do Direito em outros países. Relações entre Direito e Moral. Relações entre o Direito e Estado. Fundamentos da efetividade do Direito. Doutrinas negadoras da possibilidade de fundamentar o direito.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva
BATALHA, Wilson Souza Campos. Filosofia Jurídica e História do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
LEITE, Flamariom Tavares. Manual de Filosofia Geral e Jurídica. Rio de Janeiro: Forense.
LUDWIG, Celso Luiz. Para uma Filosofia Jurídica da Libertação. São José: Conceito.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
NADER, Paulo. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense
REALE. Miguel. Filosofia do direito. 2 vols. São Paulo: Saraiva
SILVA, Jose Carlos Moreira da. Filosofia Jurídica da Alteridade. Curitiba: Juruá.

8.3 – Ementas da 3ª FASE

3ª FASE

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

EMENTA: Conceito e especificidades do Direito Processual. Processo e Direito Material. Neoconstitucionalismo. Neoprocessualismo. Formalismo Valorativo. A atual fase da ciência do Processo. Processo e Direitos Fundamentais. Princípios constitucionais do processo. Jurisdição no Estado Constitucional. Ação no Estado Constitucional. Defesa no Estado Constitucional. Processo e Procedimento no Estado Constitucional. Pressupostos processuais. Partes e procuradores. Poder Judiciário e auxiliares da justiça. Tendências contemporâneas em Direito Processual.Funções essenciais à justiça.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Processo Civil, vol. I. São Paulo: Saraiva.
CINTRA, Antônio Carlos Araújo, DINAMARCO, Cândido Rangel, GRINOVER, Ada Pellegrini. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros.

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil I. Salvador: Juspodivm.
MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Forense.
BARROSO, Carlos E. F. Mattos. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. São Paulo: Saraiva.
CORREIA, Marcus Orione G. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Saraiva.
NERY JR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO PENAL I

EMENTA: Conceito e princípios do Direito Penal. História do Direito Penal. Sistema Penal. Norma penal. Aplicação da Lei Penal no tempo e no espaço. Teoria Geral do Delito. Crime, conceito e classificação. Conduta. Relação de causalidade. Tipicidade. Tipo. Dolo e Culpa. Antijuridicidade. Culpabilidade. Crime Consumado e Tentado. Teorias da Imputação Objetiva, da Tipicidade Conglobante, da Co-culpabilidade, da Falta Punível, dentre outros.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Rio de Janeiro: Impetus.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio Garcia. Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo: Forense.
SANTOS, Juarez Cirino dos. A Moderna Teoria do Fato Punível. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo. Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan.

PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: Psicologia Jurídica. Interdisciplinaridade: Âmbito de Abrangência nas diferentes áreas do Direito - Interdisciplinaridade. Esfera Criminal, Cível, Infância e Juventude e Direito de Família. Desenvolvimento da Personalidade Humana. Provas, Perícias e Avaliações Psicológicas. Determinantes socioeconômicos, culturais e políticos da delinquência e criminalidade. Os conceitos de responsabilidade, periculosidade, doença mental e anormalidade psíquica. A pesquisa científica no campo da Psicologia Jurídica.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas

CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRITO, Leila Maria Torraca (Org.) Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau.
SILVA, Denise Maria P. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Casa do Psicólogo.

BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS:
MIRA y LOPES, Emílio. Manual de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
TABORDA, José G. V.; CHALUB, Miguel; ABDALLA FILHO, Elias. Psiquiatria Forense. Porto Alegre: Artes Médicas.
ZIMERMAN, David. & COLTRO, Antônio Carlos Martins (Org.) Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. Campinas (SP): Millenium.

DIREITO CIVIL II – PARTE GERAL II

EMENTA: Conceito e princípios do Direito Civil. Constitucionalização do Direito Civil. Sujeitos de Direito. Pessoa Física. Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Domicílio. Bens e coisas. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte geral. São Paulo: Saraiva.
LÔBO, Paulo. Direito Civil: parte geral. São Paulo: Saraiva.
SCHREIBER, Anderson. Direito da Personalidade. São Paulo: Atlas.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo: Saraiva.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.
PERLINGIERI, PIETRO. Perfis de Direito Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar.
SCHREIBER, Anderson, Direito Civil e Constituição. São Paulo: Atlas.
TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. São Paulo: Renovar.

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

EMENTA: Teorias do conhecimento. Tipos de Métodos científicos. Produção do conhecimento e métodos de pesquisa em Direito. Técnicas e procedimentos da pesquisa

na área jurídica. Pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Indicativos gerais de formação do trabalho: artigos, resenhas, papers, resumo simples, resumo expandido, trabalhos didáticos. A escolha do tema. A elaboração do plano. A redação. O texto definitivo. A apresentação gráfica e sustentação da monografia.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. São Paulo: Saraiva.
LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia Jurídica. 8. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais.
MEZZAROBA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva.
NUNES, Rizzatto. Manual da Monografia Jurídica. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; Martins, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna.
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática.
_____. O que é ideologia? Brasiliense: São Paulo.
ROCHA, Everardo de P. Guimarães. O que é etnocentrismo? Brasiliense: São Paulo.

DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTA: Organização dos poderes. Processo Legislativo. Funções essenciais à justiça. Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da ordem econômica e financeira: noções. Da ordem social: noções.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva.
_____. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros.
MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ABBOUD, Georges. Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais. São Paulo: Editora Revista do Tribunais.
ALVES, José Wanderley Bezerra. Comissões Parlamentares de Inquérito: Poderes e Limites de Atuação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
BARROSO, Luis Roberto. Temas de Direito Constitucional – Tomo I. Ed. Renovar.
_____. Temas de Direito Constitucional – Tomo II.Ed. Renovar.
_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo III. Ed. Renovar.

_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo IV. Ed. Renovar.
BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.
_____. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva.
CAPELLETTI, Mauro. O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris
CLÉVE, Clèmerson Merlin. A fiscalização abstrata de constitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. São Paulo, Saraiva.
MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. São Paulo: Saraiva.
MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional. Lisboa: Coimbra Ed.
MORAES, Alexandre de. Presidencialismo. São Paulo: Atlas.
RAMOS, Elival da Silva. Controle de constitucionalidade no Brasil: pespectivas de evolução. São Paulo: Saraiva
STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Decisão Jurídica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

8.4 - Ementas da 4ª FASE

4ª FASE

DIREITO CIVIL III – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

EMENTA: Conceito e princípios do Direito das Obrigações. Noção, estrutura e função das obrigações. Fontes das obrigações. A relação jurídica obrigacional. Modalidades das obrigações. Do adimplemento das obrigações. Transmissões das obrigações. Do inadimplemento obrigacional. Da Responsabilidade civil contratual.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Obrigações. São Paulo: Saraiva.
LÔBO, Paulo. Direito Civil: Obrigações. São Paulo: Saraiva.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil: obrigações. São Paulo: Saraiva.
SCHREIBER, Anderson, Direito Civil e Constituição. São Paulo: Atlas.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas.

DIREITOS FUNDAMENTAIS

EMENTA: Teoria geral dos Direitos Fundamentais: conceito de direitos fundamentais, evolução histórica, características, funções, titularidade, dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais, direitos fundamentais e relações especiais de sujeição, interpretação dos direitos fundamentais, limitações dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais em espécie: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos fundamentais de caráter judicial e garantias constitucionais do processo: noções, direitos sociais, direito de nacionalidade, direitos políticos.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas.
MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. São Paulo: Saraiva.
MORAES, Alexandre. Direitos humanos fundamentais. Ed. Atlas.
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Ed. Malheiros.
_____. A theory of constitutional rights. Ed. Oxford UK.
BARROSO, Luis Roberto. O novo direito constitucional brasileiro. Ed. Fórum.
_____. Temas de Direito Constitucional – Tomo I. Ed. Renovar.
_____. Temas de Direito Constitucional – Tomo II.Ed. Renovar.
_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo III. Ed. Renovar.
_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo IV. Ed. Renovar..
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad.
SARMENTO, Daniel. Os direitos fundamentais nas relações privadas. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros.
TORRES, Ricardo Lobo (org.). Teoria dos Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro- São Paulo: Renovar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

EMENTA: Conceito. Características. O Código de Processo Penal. A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucional. Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço. Princípios. Sistemas Processuais. Investigação Preliminar: inquérito policial e inquéritos não policiais. Ação Penal. Ação Civil ex delicto. Jurisdição Penal e Competência.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas.
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas.
TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. Salvador: JusPodivm.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal, vol. I. Niterói. Impetus.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado, São Paulo: RT.
PACHECO, Denílson Feitosa. Direito Processual Penal. Uberaba: Impetus.

DIREITO PENAL II

EMENTA: Pena: História e evolução. Penas privativas de liberdade e restritiva de direitos. Penas pecuniárias. Aplicação das penas de prisão e alternativas. Concurso de crimes e concurso de pessoas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade. Prescrição.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
BITENCOURT, Cesar Roberto. Manual de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Rio de Janeiro: Impetus.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Forense

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio Garcia. Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais.
SANTOS, Juarez Cirino dos. A Moderna Teoria do Fato Punível. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo. Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTA: Noções preliminares acerca do Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Responsabilidade Civil do Estado. Organização administrativa. Terceiro Setor. Poderes da administração e dos administradores. Atos administrativos. Bens públicos. Controle da Administração
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BINEMBOJM, Gustavo. Uma teoria do Direito Administrativo. Ed. Renovar.
FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. Ed. Fórum.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. Terceiro Setor. São Paulo: Sammus.
ALVES, Francisco de Assis. Fundações, Organizações Sociais e Agências Executivas. São Paulo: LTr.
AMARAL, Diogo Freitas. Curso de Direito Administrativo. v. 1. Coimbra: Almedina.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Direito Administrativo e o Novo Código Civil. Belo Horizonte: Fórum.
_____. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.
BALEEIRO NETO, Jayme. As Organizações Sociais e o Controle dos Tribunais de Contas. Rio de Janeiro: Renovar.
BARBOSA, Maria Nazaré Lins (coord.) Manual de Ongs: guia prático de orientação jurídica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade civil do Estado. São Paulo: Revista dos Tribunais.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.
ENTERRÍA, Eduardo García; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FREIRE JR., Américo B. O controle judicial de políticas públicas. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FREITAS, Juarez. O controle dos atos administrativos. São Paulo: Malheiros.
FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.
GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.
MEDUAUR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar.
ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios constitucionais da Administração Pública. Belo Horizonte: Del Rey.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

EMENTA: Conceito. Características. Objeto. Princípios. Jurisdição civil. Contenciosa e voluntária. Substitutivos. Da ação. Histórico. Teorias. Condições da ação. Elementos da ação. Ação Mandamental. Ação no direito do trabalho. Ação no direito penal. Ação declaratória. Do processo. Conceito. Procedimento comum e especial. Sistema da oralidade. Prazos. Atos de comunicação processual: citação e intimação. Pressupostos. Competência. Conceito. Critérios de divisão do trabalho jurisdicional. Princípios informadores. Ação Civil pública. Do advogado. Do ministério público. Da magistratura. Da defensoria publica.

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas

CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lume Júris.
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Jus Podivm.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. São Paulo: RT.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. único. São Paulo: Método.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.

8.5 - Ementas da 5ª FASE

5ª FASE

DIREITO CIVIL IV – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

EMENTA: Conceito de Contrato. Princípios contratuais. Requisitos de validade. Formação do contrato. Interpretação dos contratos. Classificação dos contratos. Circulação e Efeitos dos Contratos. Invalidade e Ineficácia dos Contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: teoria geral dos contratos. São Paulo: Saraiva.
LÔBO, Paulo. Direito Civil: Contratos. São Paulo: Saraiva.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil: contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.
SCHREIBER, Anderson, Direito Civil e Constituição. São Paulo: Atlas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

EMENTA: Petição inicial. Pedido. Valor da causa. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Resposta: Contestação. Exceções. Reconvenção. Revelia. Instrução: provas, teoria geral

, provas em espécie: testemunhal, documental, pericial, depoimento pessoal, exibição de documento, incidente de falsidade, confissão, inspeção pessoal, audiência de instrução e julgamento. Sentença. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lume Júris.
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Jus Podivm.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. São Paulo: RT.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. único. São Paulo: Método.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

EMENTA: Licitação. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BINEMBOJM, Gustavo. Uma teoria do Direito Administrativo. Renovar.
FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. Ed. Fórum.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AMARAL, Diogo Freitas. Curso de Direito Administrativo. v. 1. Coimbra: Almedina, 1992.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Direito Administrativo e o Novo Código Civil. Belo Horizonte: Fórum.
_____. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.
ENTERRÍA, Eduardo García; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FREIRE JR., Américo B. O controle judicial de políticas públicas. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos administrativos. Ed. Forum.
FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.
MEDUAUR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar.

DIREITO AMBIENTAL I

EMENTA: Meio Ambiente como Bem Jurídico Autônomo e Transindividual. O Direito Ambiental e seu Conteúdo Histórico. Direito Internacional do Meio Ambiente. Princípios Informadores do Direito Ambiental. Meio Ambiente na Constituição Federal. Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Instrumentos de Política Nacional do Meio Ambiente. Regime Jurídico de Proteção de Recursos Ambientais. Responsabilidade em Matéria Ambiental. Tutela Preventiva e Reparatória de Danos Ambientais. Responsabilidade Civil Ambiental. Instrumentos Extraprocessuais. Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo e outros Instrumentos Processuais. Responsabilidade Penal e Administrativa Ambiental.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
FIORILLO, Celso A. Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
SILVA, Jose Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FIORILLO, Celso A. Pacheco. Princípios de Direito Processual Ambiental. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

EMENTA:
Questões e Processos Incidentes. Teoria Geral da Prova. Provas em espécie. Sujeitos do Processo. Prisões Cautelares. Liberdade Provisória. Medidas cautelares diversas da prisão.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas.
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas.
TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. Salvador: JusPodivm.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal, vol. I. Niterói. Impetus.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado, São Paulo: RT.
PACHECO, Denílson Feitosa. Direito Processual Penal. Uberaba: Impetus.

DIREITO PENAL III

EMENTA:
Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
BITENCOURT, Cesar Roberto. Manual de Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Rio de Janeiro: Impetus.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Forense

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio Garcia. Direito Penal. Parte Especial. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais.
ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo. Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan.

Ementas das Disciplinas Eletivas Obrigatórias da 5ª FASE

5ª FASE

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

EMENTA: Direito Internacional Privado: noção e fundamento. Ordens jurídicas em contato. Análise do fenômeno conflito de leis no espaço. Conceito de direito internacional privado. Natureza das normas jusprivativas internacionais. O objeto do direito internacional privado. Principais orientações acerca da matéria: as escolas. Sistemas doutrinários. A relação jusprivatista internacional. O fundamento do direito internacional privado. As fontes do direito internacional privado. As normas jusprivatistas internacionais: estrutura, função e classificação. Aplicação do direito estrangeiro. Solução de conflitos. O estatuto do estrangeiro no direito brasileiro.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Nadia. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira. Rio de Janeiro: Renovar.
DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Direito Internacional Privado: Abordagens Fundamenais, Legislação, Jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense.
DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: Parte Geral. Rio de Janeiro: Renovar.
FRIEDRICH, Tatyana Sheila. Normas Imperativas de Direito Internacional Privado – Lois de Police. Belo Horizonte: Forum.
RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALI, Yussef Said. Estatuto do Estrangeiro. São Paulo: RT.
JO, Hee Moon. Moderno DIPr. LTr: São Paulo.
MACHADO, João Baptista. Lições de Direito Internacional Privado. Coimbra: Almedina.
RODAS, João Grondino. Direito Internacional Privado Brasileiro. São Paulo: RT.

CRIMINOLOGIA

EMENTA: Conceito. Método. Função. Objeto: delito, delinqüente, vitima e controle social. Escolas penais. Histórico do pensamento criminológico. Etapa "pré-científica": criminologia clássica e empírica. Etapa cientifica: escola positiva e escolas intermediárias e teorias ambientais. A moderna criminologia cientifica e os diversos modelos teóricos. Modelo biológico, psicológico e sociológico. Teoria do etiquetamento: labeling approach. Movimentos radicais da criminologia. Movimento abolicionista. Prevenção do delito no estado democrático de direito. Modelos e sistemas da reação ao delito. Penalogia: teoria da pena. Penitenciarismo. Política criminal. A construção de uma criminologia Latino – Americana.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NASCIMENTO, Jose Flavio Braga. Curso de Criminologia. São Paulo: Juarez de Oliveira.
SALDAÑA, Quintiliano. Nova Criminologia. Campinas: Russell.
SHECAIRA, Sergio Salomão. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERISTAIN, Antonio. Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e da Vitimologia. Brasília: UNB.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA: Mediação e Arbitragem: princípios e fundamentos históricos e constitucionais. Mediação e Conciliação. Teoria Geral da Arbitragem. Arbitragem no Direito Brasileiro: Arbitragem nos Juizados Especiais; Arbitragem Comercial; Arbitragem Trabalhista; Arbitragem Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em Arbitragem Mediação e Negociação. Brasília: Brasília Jurídica.
CAETANO, Luiz Antunes. Arbitragem e Mediação. São Paulo: Atlas.
CAETANO, Luiz Antunes; PAASHAUS, Gustavo Cintra. Do Juízo Arbitral – Arbitragem e Mediação, Hoje. São Paulo: Pillares.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, Zoraide Amaral de. Arbitragem, Conciliação, Mediação nos Conflitos trabalhistas. São Paulo: LTr.

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

POLÍTICA INTERNACIONAL E DIPLOMACIA

EMENTA: Introdução às relações internacionais. História das relações internacionais. Teorias das relações internacionais. Teorias da política internacional. Política internacional contemporânea. Política externa brasileira. Diplomacia: evolução histórica, conceito e morfologia. Diplomacia multilateral. Análise da atividade diplomática. As relações jurídicas internacionais pacíficas: introdução ao direito diplomático e consular.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: História e Sociologia da Diplomacia Brasileira. Porto Alegre: Editora UFRGS.
CARVALHO, L. A. Geopolítica e Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2002.
CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasilia: UNB.
MAGALHÃES, José Cavet. Manual Diplomático: Direito Diplomático e Prática Diplomática. Lisboa: Bizâncio.
PECEQUILO, C. S. Introdução às Relações Internacionais. Temas, Atores e Visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, R. Paz e Guerra entre as Nações. 2a ed. Brasília: UNB.
CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Editora Francisco Alves.
MAGALHÃES, José Calvet. A Diplomacia Pura. Lisboa: Bizâncio.
MARESCA, Adolfo. Las Relaciones Consulares. Traducción: Hermino Morales Fernandez. Madrid: Aguilar.
MORGENTHAU, H. Politica entre as Nações. Brasília: UNB., 2002.
TICÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial.

INFORMÁTICA APLICADA

EMENTA: Conceitos básicos de informática. Sistema operacional. Programa Windows. Programa Linux. Processador de textos. Planilhas eletrônicas. Utilização de planilhas na área jurídica. Softwares específicos para a área jurídica: repertório de jurisprudência, banco de dados, banco de legislação e softwares para a administração de escritório de advocacia. A internet e sua utilização na área jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
FREITAS, Andrey Rodrigues de. Perícia Forense Aplica à Informática. Rio de Janeiro: Brasfort.
GARCIA, Marcus. Informática Aplicada a Negócios. Rio de Janeiro: Brasfort.
BENINI FILHO, Pio Armando; MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GRECO, Marco Aurélio. Internet e Direito. São Paulo: Dialética.
WANG, Wallance. Roubando este computador: o que ninguém contou sobre a internet. Rio de Janeiro: Alta Books.

8.6 - Ementas da 6ª FASE

6ª FASE

DIREITO CIVIL V – DIREITO DE FAMÍLIA

EMENTA: Família e Direito de Família. Noções introdutórias... Do casamento. Habilitação para o casamento. Impedimentos matrimoniais. Da celebração do casamento. Do casamento nulo, anulável e inexistente. Casamento putativo. Dos efeitos jurídicos do casamento. Dos direitos e deveres dos cônjuges. Do regime de bens entre cônjuges. União de pessoas do mesmo sexo. Da dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Do direito parental. Das relações de parentesco. Da filiação. Do poder parental. Da adoção. Dos alimentos. Do direito protetivo.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito civil: famílias. São Paulo: Saraiva, 2013.
DIAS, Maria Berenice (Cord.). Diversidade sexual e Direito Homoafetivo. São Paulo: RT, 2011.
_____. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: RT, 2013.
MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores para o direito de família. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
PERES, Ana Paula Ariston Barion. A adoção por homossexuais: fronteiras da família na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

EMENTA: Teoria geral dos recursos. Ações autônomas de impugnação. Da apelação. Do agravo de instrumento. Dos embargos de declaração. Dos embargos infringentes. Do recurso especial. Do recurso extraordinário. Do recurso ordinário. Do agravo regimental. Dos embargos de divergência. Da coisa julgada. Da ação rescisória. Do mandado de segurança. Da uniformização de jurisprudência. Da declaração incidental de inconstitucionalidade. A homologação da sentença estrangeira. A ação rescisória.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas

CRÉDITOS: 4 créditos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lume Júris.
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Jus Podivm.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. São Paulo: RT.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. único. São Paulo: Método.
THEODORO JÚNIOR , Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.

MICROSSISTEMA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS I

EMENTA: Interesse público e interesse privado. Interesse público primário e secundário. Interesses transindividuais e sua tutela coletiva. Interesses difusos. Interesses coletivos. Interesses individuais homogêneos. Regime constitucional do processo coletivo. A atuação do Ministério Público na Proteção dos interesses difusos e coletivos. Ação Civil Pública. Ação de Improbidade Administrativa. Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo. Ação penal para a defesa dos interesses transindividuais. Competência em matéria de direitos transindividuais. Legitimação nas ações em defesa de direitos transindividuais. Litisconsórcio e assistência. Interesse processual. Desistência da ação. Transação e compromisso de ajustamento. Desistência e renúncia do recurso. Notificações, requisições e dever de informação. Inquérito civil. Liminares e recursos. Multas. Fundo para reconstituir o bem lesado. A reparação das lesões individuais.

Liquidação, cumprimento da sentença e execução. Coisa julgada. Custas e honorários de sucumbência. A prova e a avaliação dos danos. Responsabilidade do Estado e de seus agentes.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA::
DIDIER JÚNIOR. Fredie. Curso de Direito Processual Civil – Vol. 4. Juspodivm.
_____, MOUTA, José Henrique (coord.). Tutela Jurisdicional Coletiva. Juspodivm.
MARQUES, Claudia Lima (coord.). Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro. Revista dos Tribunais.
MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALVES, Rogério Pacheco. As prerrogativas da Administração Pública nas Ações Coletivas. Lumen Juris.
ARENHART, Sérgio Cruz. A tutela de interesses individuais para além da proteção dos interesses individuais homogêneos. Revista dos Tribunais.
_____, MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil – Procedimentos Especiais – Vol. 5. Revista dos Tribunais.
FERRAZ, Sérgio. Mandado de segurança (individual e coletivo): aspectos polêmicos. Malheiros.
GRINOVER, Ada Pellegrini; MULLENIX, Linda, WATANABE, Kazuo. Os processos colectivos nos países de civil law e common law. Revista dos Tribunais.
MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica processual e tutela dos direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MAZZILLI, Hugo Nigro. O inquérito civil. Saraiva.
ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva dos direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO EMPRESARIAL I

EMENTA: Conceito, Natureza e Autonomia da Disciplina. Fontes e Interpretação do Direito Empresarial. Sujeito e Objeto do Direito Empresarial. Atos de Comércio. Teoria da Empresa. Empresário. Capacidade para Empresariar. Impedimentos. Proibições. A Empresa. Nome Empresarial. Obrigações Profissionais do Empresario. Identificação da Empresa. Nome Empresarial. Fundo de Comércio. Registro. Alienação do Estabelecimento Empresarial. Locação Empresarial. Direito Societário. Sociedades de Pessoas. Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla P. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: RT.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva.
FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. Direito Empresarial. São Paulo: Atlas.
GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Lumem Júris.
MAZZAFERA, Luiz Braz. Curso Básico de Direito Empresarial. São Paulo: revista dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPINHO, Sergio. Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil. São Paulo: Renovar.
GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa – Comentários aos arts. 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: RT.
ISFER, Edson. Sociedades Unipessoais & Empresas Individuais. Curitiba: Juruá.
RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial. Salvador: Jus Podivm.

DIREITO PROCESSUAL PENAL III

EMENTA: Atos de Comunicação Processual: citações e intimações. Sentença. Procedimentos. Nulidades. Teoria dos Recursos. Recursos em espécie. Ações Autônomas de Impugnação: Revisão Criminal, Habeas Corpus e Mandado de Segurança.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas.
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas.
TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. Salvador: JusPodivm.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal, vol. I. Niterói. Impetus
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado, São Paulo: RT
PACHECO, Denílson Feitosa. Direito Processual Penal. Uberaba: Impetus.

DIREITO PENAL IV

EMENTA: Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial Vol IV. São Paulo: Saraiva

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. III. Rio de Janeiro: Impetus.
_____. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. IV. Rio de Janeiro: Impetus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
NUCCI, Guilherme de Souza. Crimes contra a dignidade sexual. 3ª Ed. São Paulo: RT.

PRÁTICA JURÍDICA I - CIVIL

EMENTA: Aspectos processuais e cartorários: a justiça – organização judiciária. Procedimento Ordinário. Procedimento sumaríssimo. Processo cautelar. Procedimentos Especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Processo de Execução. Recursos. (a desdobrar). De conformidade com o Regimento de Estágio, os alunos deverão fazer atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistrados; 2. Ministério Público; 3. Advogados.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lume Júris.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. único. São Paulo: Método.
SANTOS, Ernani Fidélis. Manual do Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.

Ementas das Disciplinas Eletivas Obrigatórias da 6ª FASE

6ª FASE

DIREITO CIVIL IV A – CONTRATOS EM ESPÉCIE
EMENTA: Princípios do direito contratual. Compra e venda. Doação. Permuta. Locação. Empréstimo. Fiança. Seguro. Mandato. Depósito. Transporte. Empreitada. Arrendamento mercantil (leasing). Gestão de negócios. Franquia. Edição. Incorporação Imobiliária. Corretagem. Aspectos novos da economia e sua influência na criação de novos contratos.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: contratos em espécie. São Paulo: Saraiva.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Contratos. São Paulo: Saraiva.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil: contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FACHIN, Luiz Edson. Questões do Direito Civil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar.
TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar.
GOMES, Orlando. Contratos. Atualizado por Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense.
SCHREIBER, Anderson, Direito Civil e Constituição. São Paulo: Atlas.

DIREITO AMBIENTAL II

EMENTA: Tópicos especiais em Direito Ambiental. Cidadania e meio ambiente. O Direito Ambiental e suas relações com os Direitos Humanos e o Direito Econômico. Introdução ao Direito Tributário Ambiental.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
FIORILLO, Celso A. Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
SILVA, Jose Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORILLO, Celso A. Pacheco. Princípios de Direito Processual Ambiental. São Paulo: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO III

EMENTA: Processo Administrativo: conceito, fontes, princípios, requisitos, objetivos, lei 9.784/99, procedimento administrativo disciplinar, controle pelo poder judiciário. Improbidade Administrativa: conceito e noções gerais, atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito, atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário,atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, penalização dos atos de improbidade administrativa, a declaração de bens dos agentes públicos, o procedimento administrativo para investigação de ato de improbidade administrativa, o processo judicial, as disposições de caráter penal da Lei de Improbidade administrativa, prescrição dos atos de improbidade administrativa, o papel do Ministério Público na defesa do patrimônio público, o papel do Tribunal de Contas na defesa do patrimônio público.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Rogério Pacheco; GARCIA, Emerson. Improbidade Administrativa. Saraiva.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Processo Administrativo Federal. Atlas.
_____. Improbidade Administrativa. Atlas.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo Administrativo Disciplinar. São Paulo: Max Limonad.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Edmir Netto de. O Ilícito Administrativo e seu Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MEDAUAR, Odete (org.). Processo Administrativo Disciplinar: aspectos atuais. São Paulo: Cultural Paulista.
MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NEVES, Daniel Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Manual de Improbidade Administrativa. Método.
OSÓRIO, Fabio Medina. Improbidade Administrativa. Editora Revista dos Tribunais.

TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

EMENTA:

O contexto da emergência da sociologia política clássica. As teorias liberais, marxista e weberiana do Estado e da Política. A teoria das elites. Repensando antigos conceitos: Estado, Soberania, Poder e Democracia. Discutindo novos conceitos: Desacordo, Conflito, Hegemonia e Império. O debate sobre o socialismo no início do século XX.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: UnB/Martins Fontes.
BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado?.In: Qual socialismo?. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp.
LOSURDO, Domenico. Democracia ou Bonapartismo: triunfo e decadência e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Unesp.
MARTINS, Carlos Estevam (Org.). Política e sociedade. Volume 1. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
_____. Liberalismo e democracia. São Paulo : Brasiliense.
BURDEAU, Georges. O Estado. Lisboa : Publicações Europa-América.
CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Campinas : Papirus.
DREIFUSS, Renè Armand. Política, poder, Estado e força: uma leitura de Weber. Petrópolis : Vozes.
ENGELS, Friedrich. s/d. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Marx e Engels Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-ômega.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. Novos Estudos – CEBRAP. 2006, n.76, pp. 17-41.
MACPHERSON, Crawford Brough. Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
MARX, Karl. A burguesia e a contra-revolução. São Paulo : Ensaio.
MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília : UnB.
MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. São Paulo. IBRASA.
MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: VÁRIOS, Sociologia Política. Rio de Janeiro, Zahar.
PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. In: VÁRIOS, Sociologia Política. Rio de Janeiro : Zahar.
PLATÃO. A República. São Paulo: Editora Perspectiva.
PZREWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. Lua Nova, 2003, no.58, p.9-35.
TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo : Edusp.
WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo : Cultrix.
_____. Economia e sociedade. Brasília : UnB.

DIREITO E BIOÉTICA

EMENTA: Apresentação geral da Bioética e suas relações com o direito. Direito e tecnologia. Limitações da normatividade na sociedade contemporânea. A proteção do ser humano e a apropriação dos bens. Direito civil e biotecnologia. O discurso bioético.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELLINO, Francesco. Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Trad. Nelson Souza Canabarro. Bauru: EDUSC.
CLOTET, Joaquim. Bioética: uma aproximação. Porto Alegre: EDIPUCRS.
MATOS, A. C. H. (Org.) A Construção dos Novos Direitos. Porto Alegre: Núria Fabris.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAÚ, Marilise Kostelnaki. O contrato de assistência médica e a responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense. BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. Princípios de ética biomédica. Trad. Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola. MARTINS-COSTA, Judith. A universidade e a construção do biodireito. Revista Bioética, v.8, n.2, 2000. p.229-246. SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
SOUZA, Paulo Vinícius Sporleder. Bem jurídico-penal e engenharia genética humana. São Paulo: Revista dos Tribunais.

8.7 - Ementas da 7ª FASE

7ª FASE

DIREITO CIVIL VI – DIREITO DAS SUCESSÕES

EMENTA: Direito das Sucessões. Noções gerais. Da sucessão legítima. Da sucessão testamenteira. Das formas ordinárias de testamento. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias em geral. Nulidade do testamento. Dos legados. Do direito de acrescer. Dos herdeiros necessários. Das substituições. Da deserdação. Da revogação dos testamentos. Do testamenteiro. Do inventário. Dos sonegados. Da colação. Da partilha.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: RT.
GOMES, Orlando. Sucessões. Atualização – Mario Roberto Carvalho de Faria. Rio de Janeiro: Forense.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Direito Das Sucessões. Vol. 7. São Paulo: Saraiva.
LÔBO, Paulo. Direito Civil – Sucessões. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FARIA, Mario Roberto Carvalho de. Direito das Sucessões: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense.
OLIVEIRA, Euclides de; AMORIM, Sebastião. Inventário e Partilha: Direito das Sucessões – teoria e prática. São Paulo: Leud.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Sucessões. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO DO TRABALHO I

EMENTA: Fundamentos do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Fontes. Noções de Direito Coletivo do trabalho. Trabalhador autônomo. Trabalhador avulso. Trabalhador voluntário. Trabalhador temporário. Trabalhador Terceirizado. Direito Constitucional do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Relação de emprego. Empregado e Empregador. Contrato de trabalho. Duração do trabalho. Períodos de descanso. Remuneração e Salário. Férias. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Formas especiais: trabalho da mulher, trabalho do menor. Trabalhador rural. Prescrição e decadência.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
.
BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.
CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. Niterói: Impetus.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.
RAMOS FILHO, Wilson. Direito Capitalista do Trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr.
SANCHES, Vanessa K. C. Discriminação por orientação sexual no contrato de trabalho. São Paulo: LTr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRENCH, John D. Trad. Paulo Fontes. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva.
_____. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

EMENTA: Conceito e fundamento sociológico do direito internacional. Evolução histórica do direito internacional. Os fundamentos do direito internacional. As relações do direito internacional com o direito interno estatal. As fontes de direito internacional público. Hierarquia das normas de direito internacional. Direito dos tratados. Os sujeitos do direito internacional. O estatuto internacional do estado. Responsabilidade internacional do estado. As organizações internacionais intergovernamentais. Conflitos internacionais. Domínio público internacional: mar e espaço aéreo. Introdução sobre a proteção internacional do ser humano e do meio ambiente. Perspectivas atuais do Direito Internacional.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRIEDRICH, Tatyana Sheila. As normas imperativas de Direito Internacional Público – Jus cogens. Belo Horizonte: Forum.
HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. Porto Alegre: LTR.
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Renovar.
TIBÚRCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto. Direito Constitucional Internacional. Rio de Janeiro: Renovar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E do. Manual Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva.
BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. A Corte Internacional de Justiça e a Construção do Direito Internacional. Belo Horizonte: CEDIN.
BROWNLIE, Ian. Princípios de Direito Internacional Público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. O Direito Internacional em um Mundo em Transformação. Rio de Janeiro: Renovar.
MAZZUOLI, Valério de Olivera. Controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis. São Paulo: RT.
_____. Direitos dos Tratados. São Paulo: RT.
REZEK, Francisco. Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL V

EMENTA: Cumprimento de Sentença: liquidação da sentença, cumprimento provisório da sentença, cumprimento da sentença por quantia certa, obrigação de dar coisa certa ou incerta, obrigação de fazer, de não fazer e emitir vontade. Processo de Execução: conceito, princípios, autonomia, partes, competência, condições para qualquer execução, responsabilidade patrimonial, ato atentatória à dignidade da justiça. Procedimentos. Execução por quantia certa: petição inicial, citação, penhora, depósito, avaliação, alienação, pagamento, adjudicação e usufruto. Execução contra a fazenda pública. Execução de obrigação alimentar. Execução de obrigação de entregar coisa certa ou incerta. Execução de obrigação de fazer e não fazer. Contraditório na execução. Embargos do Devedor. Acordo compulsório. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Suspensão e Extinção do Processo de Execução. Processo cautelar: conceito, princípios, classificação, objeto, autonomia, características, efeitos e responsabilidade objetiva. Procedimentos: medida cautelar inominada, arresto, sequestro, busca e apreensão, arrolamento, exibição, produção antecipada de provas, caução, posse em nome de nascituro, outras medidas cautelares e as medidas protetivas da Lei Maria a Penha, atentado, justificação, protesto, notificação e interpelação, protesto e apreensão de títulos.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lume Júris.
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Jus Podivm.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil. São Paulo: RT.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. único. São Paulo: Método.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.

DIREITO EMPRESARIAL II

EMENTA: Sociedades por Ações. Sociedade Anônima. Características. Histórico. Constituição. Acionistas. Controle. Ações e Outros Valores Mobiliários. Capital Social e Sua Modificação. Lucros, Reservas e Dividendos. Dissolução, Liquidação e Extinção. Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão. Grupos de Sociedades. Consórcio. Sociedade em Comandita por Ações. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Endosso, Aceite e Aval. Protesto. Ressaque. Ação Cambial. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicatas. Conhecimento de Transporte. Conhecimento de Depósito e Warrant. Títulos de Crédito Rural. Cédula de Produto Rural. Títulos de Crédito Industrial. Títulos de Crédito Comercial e à Exportação.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla P. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: RT.
BORGES, João Eunápio. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Forense.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva.
FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. Direito Empresarial. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
MARTINS, Fran. Títulos de Crédito: cheques, duplicatas, títulos de financiamento, títulos representativos e legislação. Rio de Janeiro: Forense.
MAMEDE, Gladston. Títulos de Crédito. São Paulo: Atlas.
RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial. Salvador: Jus Podivm.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

EMENTA: O papel do direito na implementação da política econômica estatal. Despesa pública. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema Tributário Nacional. Os princípios constitucionais. O poder e o direito de tributar. Os limites constitucionais do poder de tributar. Relação jurídica tributária. Norma jurídica tributária. Vigência, aplicação e interpretação da lei tributária. Obrigação tributária: classificação, o fato gerador e os sujeitos da obrigação. Crédito tributário: lançamento, modalidades, suspensão, extinção e isenção. Responsabilidade tributária. Administração tributária.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Direito Tributário. São Paulo: Lejus.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros.
ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva.
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
_____. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Rio de Janeiro: Forense.
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros.
SOUSA, Rubens Gomes. Comentários ao Código Tributário Nacional. São Paulo: Quartier Latin.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar.

PRÁTICA JURÍDICA II – CIVIL

EMENTA: Elaboração de petições iniciais e contestações. Recursos em casos concretos sob orientação. Aspectos processuais e cartorários: a justiça – organização judiciária. Procedimento Ordinário. Procedimento sumaríssimo. Processo cautelar. Procedimentos Especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Processo de Execução. Recursos. (a desdobrar). De conformidade com o Regimento de Estágio, os alunos deverão fazer atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistrados; 2. Ministério Público; 3. Advogados.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lume Júris.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Vol. único. São Paulo: Método.
SANTOS, Ernani Fidélis. Manual do Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva.

Disciplinas Eletivas Obrigatórias da 7ª FASE

7ª FASE

EXECUÇÃO PENAL E DIREITO PENITENCIÁRIO

EMENTA: Delineamentos preliminares sobre a execução penal. Lei 7.210/84. Princípios. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Competência. Espécies de assistência. Dos deveres, dos direitos e da disciplina. Execução das penas em espécie. Execução da medida de segurança. Incidentes de execução. Procedimento judicial.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas

CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. São Paulo: Saraiva.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: Forense.
TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. Salvador: JusPodivm

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
PRADO, Luiz Regis; COIMBRA, Mário; Hammerschmidt, Denise. Direito de Execução Penal. São Paulo: RT.

MICROSSISTEMA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS II

EMENTA: Doutrina da situação irregular e o princípio da proteção integral. Das disposições preliminares do estatuto da criança e do adolescente. Do direito à vida e à saúde. Defesa do nascituro. Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Do direito à convivência familiar e comunitária. Da família natural e da família substituta. Da guarda no Código civil e no E. C. A. Da tutela no Código civil e no E. C. A. Da adoção no Código civil e no E. C. A. Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Os menores de conduta antissocial. Os atos infracionais. Medidas socioeducacionais. Os crimes e as infrações administrativas contra os menores. Declarações e convenções internacionais. Adoção internacional. Processo do Menor: O juiz, o Ministério Público, a defesa. Procedimento infracional. Procedimentos civis.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CURY, Munir (coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Malheiros.
ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente - Doutrina e Jurisprudência. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CUNHA, Rogério Sanches; LÉPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Revista dos Tribunais.
MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. Saraiva.

DIREITO FALIMENTAR

EMENTA: Introdução e História dos Institutos da Falência e das Recuperações. Falência. Requisitos da Falência: Devedor Empresário, Insolvência e Decisão Judicial. Processo ou Pedido de Falência. Sentença, Recursos e Efeitos. Processamento da Falência: Administração e Órgãos. Declarações de Crédito, Restituições, Revocatórias. Realização do Ativo e Liquidação do Passivo. Encerramento e Extinção das Obrigações. Recuperação Judicial. Pedido. Processamento. Plano de Recuperação. Órgãos:

Assembléia de Credores. Recuperação Extrajudicial. Liquidações Extrajudiciais. Crimes Falimentares.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAMPINHO, Sergio. Falência e Recuperação de Empresa. São Paulo: Renovar
COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. São Paulo: Saraiva.
PACHECO, José da Silva. Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Rio de Janeiro: Forense
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Falimentar. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla P. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: RT.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva.
FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. Direito Empresarial. São Paulo: Atlas.
GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Lumem Júris.

8.8 - Ementas da 8ª FASE

8ª FASE

DIREITO CIVIL VII – DIREITOS REAIS

EMENTA: Direito das coisas. Posse. Propriedade. A função social da propriedade. Direito de vizinhança. Condomínios. Loteamento e registro de imóveis. Direitos Reais sobre coisas alheias. Direitos Reais de Garantia.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GOMES, Orlando. Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.
SCHREIBER, Anderson, Direito Civil e Constituição. São Paulo: Atlas.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Método.
CORTIANO JÚNIOR, Eroulths. O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas – uma análise do Ensino do Direito de propriedade. Rio de Janeiro: Renovar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
COMPARATO, Fábio Konder. Função social da propriedade dos bens de produção. Direito empresarial: estudos e pareceres. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I

EMENTA: Fundamentos do Direito Processual do Trabalho. Fontes. Princípios do Direito Processual do Trabalho. Hermenêutica do Direito Processual do Trabalho. Solução dos conflitos. Organização da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos, termos, Prazos Processuais e Processo Informatizado. Nulidades processuais. Partes, representação, procuradores e terceiros. Ação trabalhista. Distribuição. Audiência. Resposta do réu. Provas no processo do trabalho. Suspensão no processo. Razões finais, sentença, despesas processuais e coisa julgada.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva.
SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.
MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol. 1 – Processo de conhecimento - 1. São Paulo: LTr.
_____. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol. 2 – Processo de conhecimento - 2. São Paulo: LTr.
_____. Manual da audiência na Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr.

DIREITO AGRÁRIO

EMENTA: Fontes do Direito Agrário. Conceito de Direito Agrário. Princípios Fundamentais Direito Agrário e a Constituição Federal/88. Direito Agrário Moderno. Política Agrária. Estatuto da Terra. Movimentos sociais rurais e a reforma agrária brasileira.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BARROS, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
MARQUES, Benedito Ferreira. Curso de Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: Atlas.
OPITZ, Silvia C. B. Curso Completo de Direito Agrário. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
MIRANDA, Alcir Gursen de. Direito Agrário e Ambiental. Rio de Janeiro: Forense.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

EMENTA: Crimes Hediondos (Lei 8.072/90). Identificação Criminal (Lei 12.037/09). Interceptação telefônica (Lei 9.296/96). Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95). Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98). Tráfico De Drogas (Lei 11.343/06). Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei 11.340/06). Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013). Estatuto do Desarmamento. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraiva.
DELMANTO JR., Roberto; DELMANTO, Roberto; DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Leis Penais Especiais Comentadas. São Paulo: Saraiva.
LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial. Bahia: Juspodvim.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CUNHA, Rogério Sanches; GOMES, Luiz Flávio. Lei de Drogas Comentada. São Paulo: RT.

DIREITO DO TRABALHO II

EMENTA: Extinção e rescisão do Contrato de Trabalho. Aviso Prévio. Fundo de Garantia por tempo de serviço. Garantias provisórias de emprego. Direito Coletivo do trabalho. Relações Coletivas de Trabalho. Organização Sindical. Os Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução; convenções e acordos coletivos. Direito de greve e lock out. Higiene e Segurança no Trabalho. O poder normativo da Justiça do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tratados e convenções internacionais em matéria de Direito do Trabalho.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. Niterói: Impetus.
BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.
MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva.
NICOLADELI, Sandro Lunardi; PASSOS, André Franco de Oliveira; FRIEDRICH, Tatyana Scheila (Org.). O Direito Coletivo, a Liberdade Sindical e as normas internacionais: vol 1. São Paulo: LTr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARRION, Valentin. Comentários e Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: RT.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo. Relações coletivas de trabalho: configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTr.

PRÁTICA JURÍDICA III - PENAL

EMENTA: Elaboração de atividades práticas simuladas e reais inerentes às atividades exercidas pelos profissinais na Advocacia, Magistratura e Ministério Público. Agravo em execução. Apelação. Carta Testemunhável. Correição Parcial. Defesa preliminar de crimes funcionais. Defesa preliminar na Lei de Drogas. Denúncia de crime contra a vida. Denúncia de crime funcional. Denúncia de crime societário. Embargos de Declaração. Embargos infringentes e de nulidade. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Memoriais da acusação. Memoriais da defesa. Pedido de habilitação como assistente de acusação. Pedido de instauração de inquérito policial. Pedido de suspensão do processo em virtude de questão prejudicial. Queixa-crime. Recurso em Sentido Estrito. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recurso Ordinário Constitucional. Representação. Resposta à acusação. Revisão Criminal. Sentença condenatória. Sentença condenatória de crimes contra a vida. Sentença absolutória. Sentença absolutória imprópria. Julgamento simulado de crimes contra a vida.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 8 horas
CRÉDITOS: 8 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Salvador: JusPodivm.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática Processo Penal. São Paulo: Saraiva.
VILHENA Jr., Ernani de Menezes, MASSON, Cleber. Prática Penal – Ministério Público. São Paulo: Método.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva.
TUCCI, Rogério Lauria. Teoria e Prática do Habeas Corpus e do Mandado de Segurança. Belém: Cejup.

Disciplinas Eletivas Obrigatórias da 8ª FASE

8ª FASE

FUNDAMENTOS DO DIREITO DO TRABALHO

EMENTA: A exploração do trabalho e a mais-valia. Das classes sociais. Funções do Direito do Trabalho: perspectivas críticas. Globalização, precarização do trabalho e exclusão social. Projetos econômicos e o Direito do Trabalho. Neoliberalismo. Flexibilização e Desregulamentação das relações de trabalho. Organização dos fatores de produção: taylorismo, fordismo, toyotismo. CLT: o trabalhismo e o estado autoritário

na era Vargas. O Direito capitalista do Trabalho e suas características. Cooperativismo. Economia Solidária.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
COUTINHO, Aldacy Rachid. Poder Punitivo trabalhista. São Paulo: LTr.
FRENCH, John D. Tradução Paulo Fontes. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo.
SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto.
LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Iniciação à filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. Niterói: Impetus, 2012.
FONSECA, Ricardo Marcelo. Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr.
MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. A desordem no trabalho. São Paulo: Página Aberta.
POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo.
RAMOS FILHO, Wilson. Direito Capitalista do Trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr.

DIREITO DE INTEGRAÇÃO E COMUNITÁRIO

EMENTA: Inovações das estruturas institucionais comunitárias e instituições políticas e jurídicas comunitárias. Novos princípios de representatividade. Desenvolvimento estrutural e objetivos comunitários. Conceito de soberania na integração regional e o princípio da supranacionalidade. o direito da integração ou comunitário. objeto do direito comunitário. Fontes e princípios do direito comunitário. O princípio da autonomia no direito comunitário. Perspectivas do direito comunitário. Processos de integração na Europa, América do norte, América central, América do sul, na África e na Ásia.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ACCIOLY, Elizabeth. Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico-institucional. Curitiba: Juruá.
BORGES, Jose Souto Maior. Curso de Direito Comunitário. São Paulo: Saraiva.
FILHO, Marcilio Toscano Franco. Introdução ao Direito Comunitário. São Paulo: Juarez de Oliveira.
MELLO, Celso de Albuquerque. Direito Internacional da Integração. Rio de Janeiro: Renovar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, José Souto Maior. Curso de Direito Comunitário: Instituições de Direito Comunitário Comparado – União Europeia e Mercosul. São Paulo: Saraiva.
DUARTE, Maria Luisa. União Europeia e Direitos Fundamentais – no Espaço da Internormatividade. Lisboa: AAFDL.
QUADROS, Fausto de. Direito das Comunidades Européias e Direito Internacional Público. Lisboa: Almedina.
SILVEIRA, Alessandra. Princípios de Direito da União Europeia: Doutrina e Jusrisprudência. Lisboa: Quid Juris.
SOARES, Mario Lucio Quintão. Direitos Fundamentais e Direito Comunitário. Belo Horizonte: Del Rey.

MICROSSISTEMA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS III

EMENTA: Evolução histórica. Fundamento constitucional do Direito do consumidor. Características do CDC. Diálogo das Fontes. Relação jurídica de consumo. Serviço público e o CDC. Direitos básicos do consumidor. Princípios orientadores do Direito do consumidor. Fato do produto e do serviço. Teoria da Qualidade. Vício do produto e do serviço. Desconsideração da personalidade jurídica no CDC. Oferta e publicidade. Práticas abusivas. Bancos de dados e cadastros de consumo. Proteção contratual. Cobrança de dívidas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Proteção administrativa do consumidor.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BENJAMIN, Antônio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. Manual de Direito do Consumidor. Revista dos Tribunais.
MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. Revista dos Tribunais.
NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALMEIDA, C. F. de. Os direitos dos consumidores. Coimbra: Almedina.
BAGIO, Andreza Cristina. O direito do consumidor brasileiro e a teoria da confiança. Revista dos Tribunais.
BENJAMIN, Antônio Herman V. e. et al. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Revista dos Tribunais.
MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO TRIBUTÁRIO II

EMENTA: Sistema constitucional tributário. Tributo. Espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições. Legislação tributária. Impostos da união. Impostos dos estados-membros. Impostos do distrito federal. Impostos dos municípios.

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRAZZA, Roque Antônio. ICMS. São Paulo, Malheiros.
FREITAS, Vladimir Passos; CALMON, Eliana. Código Tributário Nacional Comentado: doutrina e jurisprudência, artigo por artigo, inclusive ICMS (LC 87/1996 e LC 114/2002) e ISS (LC 116/2003). São Paulo: Revista dos Tribunais.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar.
HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Celso H. Imposto de Renda das Empresas. São Paulo: IR Publicações Ltda.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva.
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros.
SOUSA, Rubens Gomes. Comentários ao Código Tributário Nacional. São Paulo: Quartier Latin.

DIREITO URBANÍSTICO

EMENTA: Noções gerais. Urbanismo e Direito Urbanístico. Histórico. Autonomia. Conceitos. Objetos. Princípios do regime-jurídico administrativo atinentes ao Direito Urbanístico. Princípios do Direito Urbanístico. Regime urbanístico no Brasil. Tratamento no direito comparado. Regime normativo. A federação. Autonomia e competências dos entes federativos: competências constitucionais e normas gerais. Os bens públicos: relações com o Direito Urbanístico. Propriedade urbana: Tratamento legislativo constitucional e infraconstitucional, função social da propriedade, Propriedade versus cidade, a propriedade planificada. Polícia administrativa: as limitações administrativas e urbanísticas ao direito de propriedade. Planejamento urbano. Planejamento e política de ocupação do solo. O plano Diretor. O zoneamento, o uso e a ocupação do solo urbano. Parcelamento do solo. Planejamento do sistema viário. Infraestrutura urbana. A região metropolitana: definição, aspectos polêmicos, conurbação. Instrumentos da Política Urbana. A Constituição da República de 1988. O Estatuto da Cidade (Lei federal n. 10.257/2001). O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios. O IPTU progressivo. A desapropriação. Usucapião especial de imóvel urbano individual e coletivo. A concessão de uso especial para fins de moradia. O direito de superfície. O direito de preempção. A outorga onerosa do direito de construir. As operações urbanas consorciada. Transferência do direito de construir. O estudo de impacto de vizinhança. O s consórcios imobiliários. Gestão da cidade. A regularização fundiária. As audiências e consultas públicas. Conselhos municipais. Sanções urbanísticas.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARQUES, Claudia Lima. O novo direito administrativo, ambiental e urbanístico. Revista dos Tribunais.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros.
SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Joaquim Castro. Direito da Cidade. Rio de Janeiro: Renovar.
CASTRO, José Nilo de. Direito Municipal Positivo. Belo Horizonte: Del Rey.
CORREIA, Fernando Alves. O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade. Coimbra: Livraria Almedina.
DALLARI, Adilson Abreu. FIGUEIREDO, Lúcia Valle (coordenadores). Temas de Direito Urbanístico 2. São Paulo: Revista dos Tribunais.
_____. FERRAZ, Sérgio. Estatuto da Cidade: comentários à Lei Federal 10.257/2001. São Paulo: Malheiros.
FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Direito Municipal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
LEFEBVRE, Henri. Trad. Rubens Eduardo Farias. O direito à cidade. São Paulo: Moraes Ltda.
LIRA, Ricardo Pereira. Elementos de Direito Urbanístico. Rio de Janeiro: Renovar.

MEDICINA LEGAL

EMENTA: Introdução à Medicina Legal. Deontologia e Diceologia. Bioética e Direito. Da Perícia Médico-Legal. Documentos Médico-Legais. Antropologia Forense. Sexologia Forense. Tanatologia Forense. Traumatologia Forense. Infortunística. Asfixiologia Forense. Toxicologia Forense (embriaguez). Infanticídio.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEL CAMPO, Eduardo Roberto A. Medicina Legal. São Paulo: Saraiva.
FRANCA, M. I. Medicina Legal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
SANTOS, William Douglas R. dos, e outros. Medicina Legal – À Luz do Direito Penal e Processo Penal. Uberaba: Impetus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANTES, Artur Cristiano. Fundamentos de Medicina Legal. Franca: Lemos e Cruz.

8.9 - Ementas da 9ª FASE

9ª FASE

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA: Princípios e Institutos do Direito Previdenciário. Sistema de Benefícios da Previdência Social. Beneficiários e prestações da previdência Social. Benefícios.

Elementos de cálculo do valor dos benefícios. Acidente do trabalho. Seguro-desemprego. Cumulação de benefícios e prescrição. Procedimento Administrativo Fiscal.

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas

CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário. Editora LTr.
TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de Direito da Seguridade Social. Editora Saraiva.
KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário. Salvador: Jus Podivm.
CASTRO, Carlos Alberto Pereira. LAZZARI, João Batista, Manual de Direito Previdenciário. Editora Conceito Editorial.
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. Editora Impetus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. Editora Atlas.
KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis. KRAVCHYCHYN, Gisele Lemos. CASTRO, Carlos Alberto Pereira. LAZZARI, João Batista, Prática Processual Previdenciária. Conceito Editorial.
MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários À Lei Básica da Previdência Social – Tomo I - Plano Custeio. São Paulo: LTR.
MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários a Lei Básica da Previdência Social – Tomo II - Plano de Benefícios. São Paulo: LTR.
TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II

EMENTA: Teoria geral dos recursos trabalhistas. Recursos trabalhistas em espécie. Processo nos Tribunais Trabalhistas. Liquidação de sentença. Execução e cumprimento da sentença. Procedimentos Especiais Trabalhistas. Medidas cautelares. Dissídios coletivos.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.
MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense. São Paulo: Atlas.
SCHIAVI, Mauro. Execução no processo do Trabalho. São Paulo: LTr.
SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHIAVI, Mauro. Recursos no Processo do Trabalho. São Paulo: LTr.

_____. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol. 2 – Processo de conhecimento - 2. São Paulo: LTr.
_____. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol. 3 – Processo de execução, Processo cautelar, Procedimentos especiais. São Paulo: LTr.

DIREITO ELEITORAL

EMENTA: Conceito de direito eleitoral. Princípios do Direito Eleitoral. Histórico do direito eleitoral no Brasil. Constituições. Fontes do direito eleitoral. Democracia. Classificações. Representação popular. Formas de governo. Teorias. Princípios do direito eleitoral. Sufrágio. Classificações. Sufrágio, voto e escrutínio. Voto obrigatório e voto facultativo. Sistemas de controle. A Justiça Eleitoral. Organização. Competências. O Ministério Público Eleitoral. A Advocacia Eleitoral. O direito eleitoral na Constituição Federal de 1988. Considerações gerais. Direitos Políticos Positivos e Negativos. Privação dos Direitos Políticos: Cassação, Perda e Suspensão. Eleições. Referendo. Plebiscito. Iniciativa Popular. Legislação eleitoral. Leis temporárias e leis permanentes. Poder complementar da Justiça Eleitoral. O Código Eleitoral (L. 4.737/65). A Lei Eleitoral (L. 9.504/97). A Lei dos Partidos Políticos (L. 9.096/95). A Lei das Inelegibilidades (LC 64/90) e as alterações da Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010). Minirreformas eleitorais de 2006, 2009 e 2013. As reformas que não vieram e os projetos em tramitação legislativa. Partidos políticos. Propaganda eleitoral. Sistemas eleitorais. Majoritário e proporcional. Listas abertas e listas fechadas. Voto distrital. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade. Alistamento Eleitoral. Domicílio. Filiação partidária. Processo eleitoral. Escolha e registro de candidaturas. Financiamento de campanhas eleitorais. Prestações de Contas. Ações e representações eleitorais. Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral. Polícia judiciária eleitoral. Recursos eleitorais.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AMADO, Gilberto. Eleição e representação. Editora do Senado Federal.
CANDIDO, Joel Jose. Direito Eleitoral Brasileiro. Editora Edipro.
CASTRO, Edson de Resende. Curso de Direito Eleitoral. Editora Del Rey.
COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. Editora Del Rey.
SANTANA, Jair; GUIMARÃES, Fábio Luis. Direito Eleitoral – Para Compreender a Dinâmica do Poder Político. Editora Fórum.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CLÈVE, Clemerson Merlin. Fidelidade partidária. Editora Juruá.
PASQUINO, Gianfranco. Sistemas políticos comparados. Editora Bononia University Press.
PINTO, Djalma. Direito eleitoral. Editora Atlas.
RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. Editora Impetus.
ROLLO, Alberto. Eleições no direito brasileiro. Editora Atlas.
SPITZCOVSKY, Celso. Direito Eleitoral. Editora Saraiva.
VASCONCELOS, Clever Rodolfo Carvalho. Direito eleitoral. Editora Atlas.
VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Elementos de direito eleitoral. Editora Saraiva.

PRÁTICA JURÍDICA IV – TRABALHISTA

EMENTA: Cálculos trabalhistas. Organização da Justiça do Trabalho. Prática nos dissídios individuais: procedimentos processuais e fixação de competência na Justiça do Trabalho. Reclamatória trabalhista. Respostas do réu: contestação, exceção e reconvenção. A audiência. Meios de Prova. Recursos trabalhistas: recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, agravo de petição, recurso de revista. Acompanhamento de processos nas Varas da Justiça do Trabalho. Dissídios Coletivos: competência de julgamento, poder normativo da Justiça do Trabalho, sentença normativa, ação de cumprimento.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva.
SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr.
MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense. São Paulo: Atlas.
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Manual da audiência na Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol. 1 – Processo de conhecimento - 1. São Paulo: LTr.
_____. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol. 2 – Processo de conhecimento - 2. São Paulo: LTr.
_____. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol. 3 – Processo de execução, Processo cautelar, Procedimentos especiais. São Paulo: LTr.

MONOGRAFIA JURÍDICA I

EMENTA: O projeto de pesquisa. Estrutura do projeto. Normas da ABNT. A escolha do tema e sua delimitação. Fichamento de obras pertinentes ao objeto de estudo. Elaboração do Projeto. Seminários de Projeto (qualificação).
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2 horas
CRÉDITOS: 2 créditos

Ementas Eletivas Obrigatórias da 9ª FASE

NEGOCIAÇÃO COLETIVA E SINDICALISMO

EMENTA: História do sindicalismo. Sindicalismo no Brasil. Estrutura sindical. Negociação Coletiva. Contrato Coletivo. Greve. Heterocomposição judicial e extrajudicial. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Temas de Direito Sindical.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BAYLOS, Antônio. Direito do Trabalho: um modelo para armar. São Paulo, LTr.
CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. Niteroi: Impetus.
DELGADO, Maurício Godinho. Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr.
SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. Relações Coletivas de Trabalho: configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTR.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
MARTINS FILHO, Ives Gandra. Processo Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de Direito Sindical. São Paulo: LTr.
NICOLADELI, Sandro Lunardi; PASSOS, André Franco de Oliveira; FRIEDRICH, Tatyana Scheila (Org.). O Direito Coletivo, a Liberdade Sindical e as normas internacionais: vol 1. São Paulo: LTr.

9ª FASE

DIREITO ADUANEIRO E COMÉRCIO EXTERIOR

EMENTA: Introdução ao comércio exterior. Comércio exterior: evolução e características. Exportação. Importação. Fundamentos do direito aduaneiro. Regimes aduaneiros gerais; regimes aduaneiros especiais; operações relacionadas a regimes aduaneiros; desembaraço aduaneiro em importação e exportação; legislação aduaneira comparada com os principais países-mercados para o brasil. Aspectos jurídicos da zona de processamento e exportação – ZPE.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CARLUCCI, José Lence. Uma Introdução ao Direito Aduaneiro. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
FREITAS, Vladimir Passos de. Importação e Exportação no Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.
KEEDI, Samir. A B C do Comécio Exterior. São Paulo: Aduaneiras.
ROCHA, Paulo César Alves. Regulamento Aduaneiro Anotado. São Paulo: Aduaneiras.
VAZQUEZ, José Lopes. Comércio Exterior Brasileiro. São Paulo: Ed. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GARCIA, Armando Álvares Junior. Tributação no Comércio Internacional. São Paulo: Aduaneiras.

ROCHA, Paulo César Alves. Logística e Aduana. São Paulo: Aduaneiras.
_____. Temas Aduaneiros - Estudos sobre Problemas Aduaneiros Contemporâneos. São Paulo: Aduaneiras.
THORSTENSEN, Vera. OMC: As regras do comércio internacional. São Paulo: Ed. Aduaneiras.

PROCESSO CONSTITUCIONAL

EMENTA: Processo e Constituição. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança. Ação Popular. Reclamação Constitucional. Recurso Extraordinário. Recurso Especial.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil – Procedimentos Especiais – Vol. 5. Revista dos Tribunais.
DIDIER JÚNIOR. Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de Processo Civil, Vol. 3. Salvador: JusPodivm.
MORAES, Alexandre. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Atlas.
MENDES, Gilmar Ferreira; MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo. Mandado de Segurança e Ações Constitucionais. Ed. Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ASSIS, Carlos Augusto de. Sujeito passivo no mandado de segurança. Ed. Malheiros.
BARBI, Celso Agrícola. Do mandado de segurança. Ed. Forense.
BUENO, Cássio Scarpinella. Mandado de segurança. Ed. Saraiva.
BUZAID, Alfredo. Do mandado de segurança. Ed. Saraiva.
FERRAZ, Sérgio. Mandado de segurança (individual e coletivo): aspectos polêmicos. Malheiros.
_____ (org.). Cinqüenta anos de mandado de segurança. Fabris.
FIGUEIREDO, Lúcia Valle. A autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança. Revista dos Tribunais.
MARINONI, Luiz Guilherme. Repercussão geral no recurso extraordinário. Revista dos Tribunais.
MIRANDA, Pontes de. Tratado das ações, Tomo VI. Ações Mandamentais. Revista dos Tribunais.
NUNES, Castro. Do mandado de segurança. Forense.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. Malheiros.

PROCESSO TRIBUTÁRIO

EMENTA: Processo tributário. O processo tributário administrativo: federal e do estado de mato grosso. O processo tributário judicial. Denúncia. Ações ordinárias em matéria tributária. Mandado de segurança em matéria tributária. Ação cautelar inominada, cautelar

fiscal e antecipação de tutela em matéria tributária. Execução fiscal. Embargos do devedor. Exceção de pré-executividade.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BOTTALLO, Eduardo Domingos. Curso de Processo Administrativo Tributário. São Paulo: Malheiros.
CARNEIRO, Cláudio. Processo Tributário - Administrativo e Judicial. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
CARVALHO, Paulo de Barros (coord.). Justiça Tributária: direitos do fisco e garantias dos contribuintes nos atos da administração e no processo tributário. São Paulo, Max Limonad.
MAIA, Luiz Fernando. Compêndio de Direito Tributário: doutrina, prática processual e legislação. São Paulo: Juridea Brasileira.
MELO, José Eduardo Soares de. Processo Tributário Administrativo: Federal, Estadual e Municipal. São Paulo: Quartier Latin.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ASSUNÇÃO, Lutero Xavier. Processo Administrativo Tributário Federal. Bauro-SP: EDIPRO.
ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva.
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros.
SOUSA, Rubens Gomes. Comentários ao Código Tributário Nacional. São Paulo: Quartier Latin.

HERMENÊUTICA JURÍDICA

EMENTA: Funções da hermenêutica jurídica. Métodos e conceitos clássicos aplicados à interpretação constitucional. Hermenêutica filosófica e sua influência na hermenêutica constitucional. Princípios de interpretação constitucional e o papel do intérprete. Pós-modernidade, criticismo e pós-positivismo. Princípios instrumentais de interpretação constitucional. Princípios constitucionais materiais. Eficácia dos princípios constitucionais. Hermenêutica jurídica contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação. Rio de Janeiro: Renovar.
LIMONGI FRANÇA, Rubens. Formas e Aplicação do Direito Positivo. São Paulo: Revista dos Tribunais.
_____. Princípios Gerais do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
ÁVILA, Humberto Bergmann. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATIENZA, Manuel. As razões do direito: teorias da argumentação jurídica. São Paulo: Landy.
CASTANHEIRA NEVES, A. Metodologia jurídica: problemas fundamentais. Coimbra: Coimbra Ed.
HERKENHOFF, João Batista. Como Aplicar o Direito. Rio de Janeiro: Forense.
PERELMAN, Chaïm. Lógica jurídica: nova retórica. São Paulo: Martins Fontes.

8.10 - Ementas da 10ª FASE

10ª FASE

MONOGRAFIA JURÍDICA II

EMENTA: Elaboração e apresentação da monografia.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2 horas
CRÉDITOS: 2 créditos

ÉTICA PROFISSIONAL

EMENTA: O fenômeno moral e a filosofia ética. Consciência ética. Ética da alteridade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética e advocacia: regras deontológicas fundamentais, sigilo profissional, relações com o cliente, honorários profissionais. Profissões jurídicas e seus campos de atuação. Regramento jurídico das principais profissões jurídicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas: o estatuto da OAB, a Lei Orgânica do Ministério Público Nacional, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica – Ética Geral e Profissional. São Paulo: Saraiva.
MADEU, Diógenes. Ética Geral e Jurídica. São Paulo: Saraiva.
NALINI, Jose Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais.
SANDEL, Michael. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. Petrópolis: Vozes.

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

EMENTA: História da proteção internacional dos direitos humanos. Teoria geral dos direitos humanos. Sistema global de proteção dos direitos humanos. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: sistema europeu, americano e africano. Direitos

humanos no mundo árabe e asiático. Direito dos refugiados e direito humanitário. Direitos humanos e relativismo cultural. os tratados de direitos humanos e direito brasileiro. Aplicação dos tratados de direitos humanos pelos tribunais brasileiros.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos. Vol. I, II e III. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.
COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva.
GOMEZ, Luiz Flávio. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. São Paulo: RT.
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva.
RAMOS, André de Carvalho. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional. Rio de Janeiro: Renovar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALMEIDA, Fernando Barcellos de. Teoria Geral dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.
BOBBIO, Noberto. A Era dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus.
RAMOS, André Carvalho. Direitos Humanos em Juízo: Comentários aos Casos Contenciosos e Consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad.
SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para Libertar: os Caminhos do Cosmopolitismo Liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
STEINER, Henry e ALSTON, Philip. International Human Rights in Context. Oxford: Oxford.

Ementas da Disciplinas Eletivas Obrigatórias da 10ª FASE

10ª FASE

DIREITO FINANCEIRO

EMENTA: Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Rio de Janeiro: Forense.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: RT.
PASCOAL, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. Rio de Janeiro: Campus.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALEEIRO, Aliomar. Atualiz. CAMPOS, Djalma de. Uma Introdução à Ciência das Finanças. Rio de Janeiro: Forense, 2002. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988: Sistema tributário. Rio de Janeiro: Forense.
MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do. (Org.). Comentários à Lei De Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva.

DIREITO ECONÔMICO

EMENTA: Direito e Economia. Introdução ao Direito Econômico. Direito Constitucional Econômico. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Direito Administrativo Econômico. Empresas Públicas e
Parcerias Público-privadas. Agências Reguladoras. Direito da Concorrência. Ordem Econômica Internacional.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAGNOLI, Vicente. Direito Econômico. Série Leituras Jurídicas. São Paulo: Atlas.
FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Forense.
NUSDEO, Fabio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. São Paulo: RT.
SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras Linhas de Direito Econômico. São Paulo: LTr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAGNOLI, Vicente. Introdução ao Direito da Concorrência: Brasil-globalização-União Europeia-Mercosul-Alca. São Paulo: Singular.
GRAU, Eros. A ordem econômica na Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros.
MORAES, Alexandre de. Agências Reguladoras. São Paulo: Atlas.

DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

EMENTA: Teorias Críticas e a compreensão clássica acerca do Direito Civil. A Constitucionalização do Direito Civil, a reconstrução do Direito Privado e propostas de (des)construção pós-modernas. Concepções teóricas da eficácia dos direitos fundamentais nas relações interprivadas. Contrato, função e relações de consumo. Perfis da Responsabilidade Civil Contemporânea. Relações Familiares e Direitos fundamentais. Pluralidade Familiar e liberdade. O patrimônio mínimo personalíssimo, pertencimento e função. Dignidade da pessoa humana, direitos da personalidade e liberdade.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas

CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FACHIN, Luiz Edson. Teoria Crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar.
NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. Do contrato: conceito pós-moderno. Curitiba: Juruá.
PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família. Belo Horizonte: Del Rey.
SCHEIREBER, Anderson. Novos paradigmas da Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas.
TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE, Ronaldo Gatti de. Constituição e Codificação: a dinâmica atual do binômio. In: MARTINS-COSTA, Judith. A reconstrução do Direito Privado. São Paulo: RT.
ALVES, José Carlos Moreira. Conferência Inaugural da III Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal. Brasília, 2005.
BEVILAQUA, Clóvis. Direito de Família. Rio de Janeiro: Rio.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Dogmática dos Direitos Fundamentais e Direito Privado. In: SARLET, Ingo Wolfgang. Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
LÔBO, Paulo Luiz Netto. Responsabilização das relações de família. In: Direito de Família Contemporâneo e novos direitos. Rio de Janeiro: Forense.
_____. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do "numerus clausus". In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). Família e cidadania: o novo CCB e a "vacatio legis". Belo Horizonte: Del Rey. SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). Dimensões da dignidade: ensaio de Filosofia do Direito e Direito Constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Saúde, corpo e autonomia privada. Rio de Janeiro: Renovar.

DIREITO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

EMENTA: Os direitos humanos na perspectiva social do trabalho. Teoria crítica dos direitos humanos. Teoria dos direitos fundamentais. A eficácia dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais e relações privadas. Constitucionalismo social. Interpretação do Direito e do Direito do Trabalho. Educação e trabalho. Efetividade do Direito do Trabalho: perspectivas críticas. A construção do trabalho decente. Sobre a existência das classes sociais: elementos materiais e imateriais.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto Barroso. Ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Renovar.
FLORES, Joaquín Herrera. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Boiteux.

PINTO, Airton Pereira. Direito do Trabalho, direitos humanos sociais e a Constituição Federal. São Paulo: LTr.
SOUZA, Jesé. A ralé brasileira: como é e como vive? Belo Horizonte: UFMG.
_____. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora. Belo Horizonte: UFMG.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva.
_____. O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. São Paulo: Saraiva, 2009.
CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. Niteroi: Impetus.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva.
COUTINHO, Aldacy Rachid. Efetividade do Direito do Trabalho – uma mirada no "homem sem gravidade". Revista do Tribunal do Trabalho da 3ª Região. Belo Horizonte: TRT 3ª Região, vol. 45, n. 75, p. 93-105, 2007.
_____. Educação e trabalho: uma questão de direitos humanos. Disponível em:<http//http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/22_cap_2_artigo_14.pdf.
SARMENTO, Daniel. Direitos Fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
SANTOS, Boa ventura de Souza. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez.
SILVA, Virgílio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. Revista de Direito do Estado. Rio de janeiro: Renovar, vol. 4, 23-51, 2006.
SOMBRA, Thiago Luís Santos. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações jurídico-privadas: a identificação do contrato como ponto de encontro dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO

EMENTA: Evolução das ideias penais. Bases Principiológicas do Garantismo Penal. Garantismo Penal e Sistema Acusatório. Bem Jurídico Individual e Bem Jurídico Supra-Individual. Nova perspectiva para a proteção penal da vida humana: eutanásia, ortotanásia e distanásia. A informação como bem jurídico penal e o sistema informático. Estado Democrático de Direito e Processo Penal Acusatório. O direito penal como instrumento de efetivação dos direitos humanos. Tribunal Penal Internacional.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

Bibliografia obrigatória

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Tutela e Hermenêutica na Tutela Penal dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas.
PRADO, Luiz Regis. Direito Penal Contemporâneo. São Paulo: RT.

SCHIMID, Andrei Zenkner. Novos rumos do Direito Penal Contemporâneo. Rio de Janeiro; Lumen Juris.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FELDENS, Luciano. Direitos Fundamentais e Direito Penal. São Paulo: Livraria do Advogado.
SILVA SÁNCHEZ, Jesús-maria. Aproximação ao Direito Penal Contemporâneo. São Paulo: Revista dos Tribunais
GRECO, Rogério. Direitos Humanos, Sistema Prisional e Alternativas à Privação De Liberdade. São Paulo: Saraiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO

EMENTA: Novos paradigmas e categorias da interpretação constitucional. A constitucionalização do direito. Constitucionalização e judicialização das relações sociais. Direito Constitucional e política. O Supremo Tribunal Federal como órgão contramajoritário e político. Processo constitucional e jurisdição constitucional O controle difuso de constitucionalidade enquanto direito fundamental. Administração Pública e controle de constitucionalidade. Eficácia da sentença na jurisdição constitucional. A democracia e o desenvolvimento da proteção às minorias no direito constitucional brasileiro e no direito comparado. Teoria pós-positivista da norma e da sentença. Coisa julgada e a declaração de inconstitucionalidade.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBOUD, Georges. Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais. São Paulo: Editora Revista do Tribunais.
BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva.
MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR::

BARROSO, Luis Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar.
_____. Temas de Direito Constitucional – Tomo I. Ed. Renovar.
_____. Temas de Direito Constitucional – Tomo II.Ed. Renovar.
_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo III. Ed. Renovar.
_____.Temas de Direito Constitucional – Tomo IV. Ed. Renovar.
HORTA, Raul Machado. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey.
KELSEN, Hans. Jurisdição Constitucional. São Paulo: Martins Fontes.
LEAL, Roger Stiefelmann. O efeito vinculante na jurisdição constitucional. São Paulo: Saraiva.
MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada inconstitucional. Ed. Revista do Tribunais.
MORAES, Alexandre de. Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais. São Paulo: Atlas.

SILVA, José Afonso da. Poder Constituinte e Poder Popular. São Paulo: Malheiros.
SILVA, Virgílio Afonso da. A constitucionalização do direito. São Paulo: Malheiros
STRECK, Lenio Luiz (org). Garantismo, hermenêutica e (neo)constitucionalismo – um debate com Luigi Ferrajoli. Ed. Livraria do Advogado.
STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e decisão jurídica. Ed. Revista do Tribunais.

LIBRAS

EMENTA: Desenvolvimento de habilidades e estratégias para sinalização/prática/uso em Libras História da educação de surdos e da Língua Brasileira de Sinais. Cultura surda. Gramatização da Língua Brasileira de Sinais: dicionários e gramática. Aspectos fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo da Língua Brasileira de Sinais. Estudo da legislação concernente a Libras.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, Fernando César & RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue de Língua de Sinais Brasileira. 2. ed. São Paulo, Edusp e Imprensa Oficial do Estado.
FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: Ibpex.
FERREIRA BRITO, Lucinda. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
GESSER, Audrei. Libras - Que Língua é Essa. Parábola.
SILVA, Nilce Maria da. Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de Sinais: constituição e formulação. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker (Orgs.). Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed.
SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus Editora.
SILVA, Rodrigues Silva. Cidadania, Surdez e Linguagem. Plexus.
QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes médicas.

DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

EMENTA: Aspectos históricos. Conceitos jurídico-formais: identidade e diferença. Ordenamento territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais. Comunidades e Povos Tradicionais no Estado de Mato Grosso. Marco legal e conquista coletiva de direitos. Conflitos fundiários: processo de regularização. Sistema de Proteção constitucional e internacional. Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Defesa em juízo: o papel do Ministério Público e da Defensoria Pública.
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4 horas
CRÉDITOS: 4 créditos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terra indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM.

ARRUTE, José Maurício. Quilombos. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. Org. Osmundo Pinho. ABA/Ed. Unicamp/EDUFBA.

CUNHA, Manuela Carneiro. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Estudos Históricos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, Tomaz Tadeu. (org. e trad.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes.

VOLPATO, L. R. R. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. Org. REIS, J. J. e GOMES, F. S. São Paulo: Companhia das Letras.